

CADERNOS DO DIÁLOGO



VOLUME 5 - 2013

SILVICULTURA E COMUNIDADES OLHARES SOBRE O PRESENTE E O FUTURO





DIÁLOGO FLORESTAL

SILVICULTURA E COMUNIDADES

OLHARES SOBRE O PRESENTE E O FUTURO

CADERNOS DO DIÁLOGO - VOLUME 5

SERGIO ADEODATO

APREMAVI
ATALANTA, SC
2013

FICHA TÉCNICA

Realização

Diálogo Florestal

Coordenação

Miriam Prochnow

Texto

Sergio Adeodato

Jornalista especializado em meio ambiente e sustentabilidade. Escreve atualmente para o Valor Econômico e outros veículos da imprensa nacional, como a revista Terra da Gente. Em 30 anos de carreira, o jornalista teve passagem pelo Estado de S. Paulo, Jornal do Brasil, Gazeta Mercantil, Globo Ciência, Época e Horizonte Geográfico. Seu trabalho já foi reconhecido por vários prêmios jornalísticos, entre eles o Ethos de Jornalismo (2005 e 2007).

Organização Capítulo Banco de Projetos

Miriam Prochnow

Revisão

Carolina C. Schaffer

Fotos

As fotos publicadas foram cedidas sem custos pelos autores ou instituições mencionadas nas imagens. Agradecemos gentilmente a todos os fotógrafos e instituições que cederam fotos para compor esta publicação.

Foto da Capa: Miriam Prochnow

Projeto gráfico: Fábio Pili

Diagramação: Ana Cristina Silveira/AnaCê Design

DADOS INTERNACIONAIS PARA CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)

A232s

Adeodato, Sergio

Silvicultura e comunidades : olhares sobre o presente e o futuro / Sergio Adeodato; (Coordenação: Miriam Prochnow). – Atalanta, SC : APREMAVI, 2013.

64 p. : il. color. ; 21 x 30 cm. – (Cadernos do Diálogo ; v. 5)

Acima do título: Diálogo florestal.

ISBN 978-85-88733-10-7

1. Florestas – Brasil. 2. Florestas – Conservação – Brasil. I. Associação de Preservação do Meio Ambiente e da Vida. II. Título. III. Série.

CDD – 577.340981

SUMÁRIO

- 7 APRESENTAÇÃO
- 8 **CAPÍTULO 1**
CENÁRIO E CONTEXTO HISTÓRICO
- 12 **CAPÍTULO 2**
OS DESAFIOS DA TERRA DO DESCOBRIMENTO
- 18 **CAPÍTULO 3**
DIÁLOGO APROXIMA SETORES ANTES ANTAGÔNICOS
- 26 **CAPÍTULO 4**
INCENTIVOS PARA REGENERAÇÃO DE MATAS EM SANTA CATARINA
- 30 **CAPÍTULO 5**
O POTENCIAL DOS NOVOS PADRÕES, DA SERRA DO MAR À CAATINGA
- 34 **CAPÍTULO 6**
A EXPANSÃO DA SILVICULTURA COM PRÁTICAS SOCIAIS NA AMAZÔNIA
- 36 **CAPÍTULO 7**
PERSPECTIVAS PARA UM FUTURO MAIS JUSTO E EQUITATIVO
- 39 BANCO DE PROJETOS
- 64 SOBRE O DIÁLOGO FLORESTAL



PARTICIPANTES DO ENCONTRO NACIONAL
DO DIÁLOGO FLORESTAL, EM ABRIL DE
2013. PARQUE NATURAL MUNICIPAL DA
MATA ATLÂNTICA - ATALANTA/SC.



A DIVERSIDADE DA PAISAGEM É RESULTADO
DAS ATIVIDADES HUMANAS.



APRESENTAÇÃO

Bem vindos a mais uma edição do “Cadernos do Diálogo”, cuja proposta é a de apresentar à sociedade os resultados da iniciativa “Diálogo Florestal”, uma interação entre empresas do setor de base florestal e organizações socioambientalistas visando à manutenção e consolidação de um espaço de diálogo pró-ativo, reflexivo e propositivo sobre os principais eixos temáticos que caracterizam e conduzem a relação entre os diversos setores da sociedade.

Edições anteriores abordaram o manejo florestal e suas implicações no uso e conservação da água doce; os resultados obtidos pelos Fóruns Regionais do Diálogo; a silvicultura e a conservação ambiental nas diferentes escalas da paisagem (mosaicos); e a silvicultura e a biodiversidade.

Agora, a presente edição aborda os aspectos da relação entre comunidades e empresas de base florestal sob o ponto de vista de organizações não governamentais, lideranças comunitárias e empreendedores florestais. Permeiam nos textos referências a alguns temas que refletem o atual estágio das relações entre o setor de base florestal e a sociedade, em especial as comunidades diretamente afetadas pelas atividades do manejo florestal: diálogo, engajamento, empoderamento local, modelos participativos, responsabilidade compartilhada,

licença social, desenvolvimento local, alternativa ao modelo assistencialista e pouco estruturante, geração de renda, co-responsabilidade pelo futuro.

Ou seja, observa-se claramente que ocorreu uma evolução significativa nos perfis de atuação e na relação entre os principais setores envolvidos onde, num passado não muito remoto, predominavam posicionamentos antagônicos e pouco construtivos, e que agora se baseiam na cooperação, gestão participativa, transparência na relação e utilização de modelos de desenvolvimento que priorizam ações estruturantes, em contraponto aos antigos modelos assistencialistas.

O mundo está em constante evolução, na eterna busca pelo sempre novo ponto de equilíbrio entre os interesses, necessidades e demandas dos diferentes e diversos componentes do tecido social, e a relação entre a sociedade e os empreendimentos de base florestal reflete essa evolução, o que pode ser observado nos textos e nos casos exemplares de iniciativas que deram certo, apresentados por diferentes empresas florestais e pela sociedade civil organizada, e que representam uma tendência da interação entre estes setores que em muito contribui para um futuro mais justo e equitativo.

BOA LEITURA!

Paulo Dantas
Coordenador de Meio Ambiente
Industrial e Florestal da Cenibra

Jeferson Rocha de Oliveira
Presidente do
Instituto Eco Solidário

CAPÍTULO 1

CENÁRIO E CONTEXTO HISTÓRICO

A diversidade de paisagens, culturas, hábitos, raças e condições sociais credencia o Brasil com todas as suas diferenças a ser líder mundial no ativo que se torna cada vez mais estratégico na busca de um futuro sustentável e inclusivo: o diálogo. Ter florestas, as maiores do planeta, aumenta a responsabilidade – e também as oportunidades para a consolidação de um novo modelo participativo de desenvolvimento. Nos estoques florestais estão valiosas amostras da biodiversidade, muitas sequer descritas pela ciência; as principais reservas de matéria-prima industrial, água, carbono e demais serviços vitais. Das florestas dependemos todos nós e, principalmente, quem vive ao lado ou dentro delas. Nos dias de hoje, explorar com racionalidade esses recursos sig-

nifica mais do que evitar danos à fauna e flora. O desafio inclui o engajamento das populações, com inclusão na economia e benefícios que protejam seus modos tradicionais de vida e produção, incentivando-as a práticas condizentes com a conservação.

Decisões unilaterais cedem espaço às coletivas. Popularizado nas redes sociais, jargão da modernidade que mobiliza e pressiona a construção mútua de novas realidades, o verbo “compartilhar” ganha força no vocabulário das empresas, das ONGs e dos governos. Conceitos que fazem grandes corporações descerem do olimpo também se incorporam à rotina diária de todos nós. Estão presentes no futebol, no samba e na gastronomia. Se a palavra “grupo” é citada em toda e qualquer entrevista dos jogadores, o batuque da avenida é nota 10 quando o público está em sintonia na arquibancada. E quando se pensa na comida típica brasileira, a primeira coisa que vem à mente são pratos para dividir – como a feijoada, a moqueca e o baião-de-dois. O que há de comum entre Ícones tão

Wrigold B. Schäffer



brasileiros existe também na floresta e nas atividades que extraem dela grande parte do que é consumido no dia a dia: papel, madeira para móveis e construção, fibras, alimentos, remédios, cosméticos e biomassa para energia.

A construção de diálogos está na base da “economia verde” – ou da “nova economia” como preferem alguns – e não poderia ser diferente em relação à produção florestal. A maioria dos principais acordos, tratados e fóruns internacionais que debatem o futuro do planeta inclui a redução da desigualdade, o engajamento social e a repartição de benefícios como peças-chaves para que metas e compromissos saiam do papel. Para o meio empresarial, a coisa transcende o marketing. É uma questão de sustentabilidade, de sobrevivência do próprio negócio e de alinhamento a um processo que hoje marca fortemente o mercado global, com raízes históricas não muito recentes.

Há 40 anos, o Clube de Roma, grupo de lideranças glo-

bais preocupadas com os impactos da economia e da produção para o futuro da humanidade, criava o conceito de desenvolvimento sustentável. O relatório “Os Limites do Crescimento”, encomendado por aqueles senhores ao MIT (Instituto de Tecnologia de Massachusetts), vendeu mais de 30 milhões de cópias em trinta idiomas, tornando-se o livro sobre meio ambiente mais vendido no mundo até hoje. Em 1987, outro documento, o “Relatório Brundtland”, da ONU, reforçou a importância do conceito, que cinco anos depois acabou delineando os debates e acordos da histórica Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio 92). Duas décadas se passaram e, apesar dos resultados aquém das expectativas e da resistência dos países para a adoção de compromissos mais ambiciosos e condizentes com os dilemas do planeta, um aspecto se destacou como grande conquista nesse processo histórico: a força do diálogo entre setores da sociedade até então antagonistas; a visão de que o futuro “sustentável” do planeta depende do engajamento de todas as suas partes.

Miriam Prochnow



Cresceu a consciência de que hábitos de consumo nas grandes cidades financiam e influenciam o que acontece na floresta, tanto no aspecto negativo, quanto no positivo. Nos últimos anos, sob a pressão do mercado globalizado, de possíveis regulamentações legais e de suas agendas de sustentabilidade, diversos setores produtivos articularam alianças em busca de boas práticas ambientais e sociais, engajando fornecedores, de modo que todos no mesmo barco alcancem ganhos compartilhados, sem riscos para a competitividade. Foi assim com a moratória da soja, com o protocolo da cana-de-açúcar, com o pacto da carne sem desmatamento na Amazônia, com o acordo do varejo têxtil contra o trabalho em condições degradantes e, mais recentemente, com a busca de soluções na siderurgia para o carvão vegetal e a construção de uma aliança para estímulo à produção legal de madeira.

O conceito de “responsabilidade compartilhada”, baseado em ações proativas, sobrepõe-se ao do “comando-contro-

le” e do “poluidor-pagador” no mundo em que já não bastam medidas pontuais para produzir alimentos com menos agrotóxicos ou reduzir a fumaça das chaminés. Já passamos dessa etapa. O pano de fundo agora é conciliar a produção a uma maior igualdade no acesso aos recursos oferecidos pelo planeta, pressionados pelo aumento da população e do consumo, principalmente nos países em desenvolvimento. Serão cerca de 3 bilhões de novos consumidores de classe média, nos próximos 25 anos, segundo a ONU.

A silvicultura navega nesse ambiente institucional favorável ao diálogo. “Não somos empresas extratoras, mas agentes de desenvolvimento regional, facilitadores de outros negócios locais”, João Augusti, gerente de meio ambiente florestal da Fibria. Para Alexandre Di Ciero, gerente de executivo de sustentabilidade da Suzano, “a empresa faz parte de um sistema social interdependente, na qual nenhuma das partes pode ser prejudicada. Para obter sucesso, é indispensável ter licença social para atuação”.

Miriam Prochnow



CRESCERAM A CONSCIÊNCIA DE QUE HÁBITOS DE CONSUMO NAS GRANDES CIDADES FINANCIAM E INFLUENCIAM O QUE ACONTECE NA FLORESTA, TANTO NO ASPECTO NEGATIVO, QUANTO NO POSITIVO. NOS ÚLTIMOS ANOS, (...) DIVERSOS SETORES PRODUTIVOS ARTICULARAM ALIANÇAS EM BUSCA DE BOAS PRÁTICAS AMBIENTAIS E SOCIAIS (...).

“Licença social”, mais um termo que entra para o dicionário empresarial, sobretudo no setor florestal, onde as relações com comunidades são sensíveis e exigem cuidados especiais. “Antes de um grande empreendimento chegar a uma região, é preciso avaliar impactos, planejar conjuntamente a agenda de desenvolvimento do município, definir o financiamento das ações, a partir de uma governança com participação das comunidades”, recomenda Aron Belinky, coordenador do programa de desenvolvimento local do Centro de Estudos em Sustentabilidade, da Fundação Getúlio Vargas. Ele lembra que normas internacionais, como a ISO 26000 e os princípios da ONU sobre direitos humanos, fazem recomendações expressas sobre o engajamento das comunidades. É importante promover a organização social: “lugares onde a sociedade não está acostumada a se expressar normalmente reina a política do clientelismo e o poder do coronel, o que é incompatível com o tempo em que vivemos e um risco para a reputação da empresa”.

Miriam Prochnow



A TODO MOMENTO, A FLORESTA NOS MOSTRA SUA IMPORTÂNCIA.

CAPÍTULO 2

OS DESAFIOS DA TERRA DO DESCOBRIMENTO

Uma viagem por todas as regiões do país ilustra localmente as diferentes etapas desse processo construtivo das relações com comunidades, a começar pela Bahia – local onde o Brasil foi “descoberto” e batizado de Terra de Santa Cruz até mais tarde ganhar o nome da primeira espécie florestal a ser explorada até a exaustão no Novo Mundo. O primeiro “diálogo”, se assim é possível chamar, aconteceu no contato dos colonizadores portugueses com os índios. Foi uma aproximação certamente bem menos amistosa do que contam os livros escolares, marcada por uma estratégia de dominação em busca de riquezas. No primeiro contato com os índios, os portugueses logo demonstraram os interesses, conforme relata a carta de

Pero Vaz de Caminha ao rei de Portugal: “[...] um deles pôs olho no colar do Capitão, e começou de acenar com a mão para a terra e depois para o colar, como que nos dizendo que ali havia ouro. Também olhou para um castiçal de prata e assim mesmo acenava para a terra e novamente para o castiçal como se lá também houvesse prata [...]”

Ao longo dos séculos, a região passou por diferentes ciclos econômicos, associados ao uso e ocupação da terra, ao custo da destruição da floresta hoje chamada de Mata Atlântica. E assim foi até a chegada do eucalipto para produção de celulose, na década de 1960. “A atividade que se iniciava com problema fundiário de todo tipo, incentivos do governo e nenhum planejamento”, recorda-se Mario Montovani, diretor da SOS Mata Atlântica, um dos que primeiro assumiram a linha de frente contra aquele modelo de ocupação que se mostrava nocivo ao meio ambiente e às comunidades. O eucalipto mostrava alto poder de adaptação e de produtividade no Sul da Bahia e do Norte

Wigold B. Schäffer



O PADRÃO DE COMUNICAÇÃO ENTRE OS DIFERENTES SETORES, ESTABELECIDO NO PRIMEIRO CONTATO ENTRE AS CIVILIZAÇÕES, SE PERPETUOU POR MUITO TEMPO, ORIGINANDO MUITOS CONFLITOS.

do Espírito Santo e logo tornou-se uma promessa de re-
denção econômica após a derrocada do cacau ao custo de
um grande impacto social. A política do coronelismo per-
manecia como resquício da época áurea, tão bem retrata-
da nos romances de Jorge Amado. “Fomos recebidos no
aeroporto de Porto Seguro com faixas dizendo ‘ambien-
talistas, go home’”, conta Montovani, ao lembrar o dia que
lá aterrissou para uma audiência pública e ouviu dos po-
líticos que “ninguém teria garantia de vida”.

A audiência se referia a uma ação judicial movida contra a
Veracel, em função de um desmatamento de 60 hectares
de Mata Atlântica com correntões puxados por tratores.
Instalavam-se plantios de eucalipto inclusive na linha de
costa, demonstrando a euforia de um negócio que se mos-
trava redentor e lucrativo, no rastro de índices de produtivi-
dade muito superiores aos dos países concorrentes. “Vaias
foram o que de menos ameaçador aconteceu nas primei-
ras reuniões”, recorda-se o ambientalista, para quem a
dinâmica da destruição do passado se assemelha ao que
ocorre hoje em Minas Gerais para a produção de carvão.

“Não havia diálogo, era só conflito”. A situação só começou a
ser revertida a partir da pressão do mercado internacional e
das normas socioambientais do Forest Stewardship Council
(FSC), inéditas na época. Uma nova geração de engenheiros
e gestores chegava ao setor da produção florestal com uma
visão alinhada ao cenário da Rio 92, quando a temática am-
biental e social se incorporava aos negócios. “As empresas
se abriram para mudanças e pensavam: se os ventos estão
mudando, temos que mudar também”, diz Montovani.

Antes da chegada do eucalipto os tempos eram difíceis na
região, principalmente no Espírito Santo, onde a agricul-
tura em declínio levou o governo militar a criar incentivos
e a mobilizar as empresas estatais para a implantação de
atividades econômicas. Em 1967, foram plantadas as pri-
meiras mudas da então Aracruz Celulose, cuja fábrica foi
inaugurada 11 anos depois. Como ícone do regime da di-
tadura, no qual inexistiam processos participativos de diá-
logo, o projeto acabou alvo de uma cultura de resistência.
“Era uma região pobre, na época já bastante depauperada
pela retirada de madeira, inclusive a utilizada na cons-
trução de Brasília”, conta o diretor de sustentabilidade e
relações corporativas da Fibria, Carlos Alberto Roxo, exe-
cutivo que acompanhou os primeiros passos da produção
de celulose no país quando trabalhava na antiga Aracruz.

Os padrões antigos eram diferentes dos atuais. Em nome
do progresso e do “Brasil Grande”, não havia restrições
contra a derrubada da floresta nativa, muito menos re-
gras de convivência com comunidades, que se tornavam
marginalizadas. “A indústria florestal conseguiu elevar
o PIB dos municípios, mas não foram capazes de rever-
ter os indicadores sociais”, afirma Roxo. Conflitos com
índios foram os mais visíveis e a aresta só começou a
ser aparada a partir de 2007, quando foi assinado um
Termo de Ajustamento de Conduta junto ao Ministério
Público para a incorporação de 11,5 mil hectares às ter-
ras indígenas. O acordo foi o primeiro grande marco nas
relações entre indústria de celulose e comunidades. An-
tes dele, o clima de tensão e insegurança se arrastara
por dez anos, desde a conclusão de um relatório da Fun-
dação Nacional do Índio (Funai) reconhecendo o direito
funditário daquelas etnias, em 1998. A empresa resistia
com receio de abrir um precedente e desencadear novas
demandas para a cessão de terras.

“Em região de baixa governança e ambiente politizado
contra o capital estrangeiro, os ânimos estavam muito
acirrados de parte a parte e de início não conseguimos
o diálogo”, admite Roxo, ressaltando que naquele tempo
faltava metodologia e “ciência social” para as empresas
em geral – não apenas as florestais. Ao longo do tempo,
diz ele, houve um processo de amadurecimento, o assun-
to ganhou prioridade e as relações evoluíram até o ce-
nário atual, onde se negociam soluções inteligentes de
geração de renda contra o roubo de madeira para carvão.
No passado, a cidade de Aracruz (ES) parecia cenário de
filme faroeste. Hoje, 80% da mão-de-obra do município
está alocada nos plantios de eucalipto, na fábrica de celu-
lose e serviços terceirizados pela indústria, cuja operação
representa quase 20% do PIB capixaba. “Até 2025, preten-
demos aumentar de 50% para 80% o nível de aprovação
da empresa por comunidades vizinhas”, informa o exe-
cutivo. Não é bondade ou filantropia. A qualidade no re-
lacionamento significa “acesso a mercados, licença para
operar e ganho em reputação para se reduzir riscos e se
atingir melhor custo de capital”.

No curto prazo, falta resolver uma pendência complexa,
que abrange diferentes atores e não depende só das em-
presas: a relação com comunidades quilombolas. Pre-
tende-se chegar a uma solução conjunta. Há problemas
funditários e baixo nível de organização dos grupos, mas

o compromisso é avançar no entendimento. Há pressões de mercado, inclusive envolvendo o selo de certificação FSC, que exige o cumprimento da lei e respeito às populações tradicionais. Atualmente, 32 comunidades de remanescentes quilombolas em todo o Espírito Santo estão em processo de reconhecimento pela Fundação Cultural Palmares. Quatro territórios que afetam a Fibria estão sendo identificados e demarcados pelo Incra, mas dois foram anulados pela Justiça. Os dois que restaram totalizam uma área passível de desapropriação em torno de 15,7 mil hectares. Em geral, comunidades possuem como principal fonte de renda a agricultura de subsistência, com o cultivo da mandioca para a produção de farinha e beiju, empregos informais e nas empresas locais, ou ainda, coleta de resíduos florestais. Nos últimos anos, a empresa estabeleceu canais de diálogo, desenvolveu projetos de geração de renda e criou um grupo de trabalho que qualifica o debate sobre a questão fundiária junto a essas comunidades.

O desenvolvimento local, para além de medidas assistencialistas e pouco estruturantes, é uma preocupação que cresce na atualidade. População tradicional, povoados e cidades ao redor dos empreendimentos florestais precisam de alternativas econômicas para que não perpetuem práticas ineficientes e destrutivas, como lavoura à base de queimadas e corte de árvores nativas para madeira. “Caiu a ficha para a importância da união em torno de compromissos mútuos”, enfatiza Beto Mesquita, diretor do Programa Mata Atlântica da Conservação Internacional, integrante do Diálogo Florestal. Em sua análise, “é paradoxal a convivência de extensos cultivos empresariais de eucalipto com o desmatamento praticado na floresta natural para a venda de enfeites de cozinha aos turistas”. Mesquita acompanha de perto as questões florestais no Sul da Bahia desde o começo da década de 1990, quando lá existiam centenas de serrarias. As restrições impostas pela Lei da Mata Atlântica em 2006 e a maior fiscalização inibiram o processamento das toras nativas para móveis e construção civil. A atividade praticamente desapareceu, mas ainda permanece o extrativismo ilegal dentro de áreas protegidas para a confecção de utensílios domésticos, a exemplo das famosas gamelas, até hoje vendidas na beira das estradas.

“Ao contrário das questões ambientais propriamente ditas, como uso de água e manutenção de reservas legais,

OS PADRÕES ANTIGOS ERAM DIFERENTES DOS ATUAIS. EM NOME DO PROGRESSO E DO “BRASIL GRANDE”, NÃO HAVIA RESTRIÇÕES CONTRA A DERRUBADA DA FLORESTA NATIVA.

e do esforço pelo desenvolvimento tecnológico do manejo, plantio, colheita e melhoramento genético, a agenda da responsabilidade socioambiental continua periférica e é a primeira a ser prejudicada no momento de crise econômica”, analisa Mesquita. Os investimentos sociais, em sua opinião, são pulverizados pelas empresas em ações pontuais não integradas, com poucos resultados transformadores. “Como a celulose é uma commodity, com preços fixados no mercado, a relação com comunidades pode ser uma vantagem competitiva”, argumenta. Mas o que se observa na realidade, completa Mesquita, é a concentração de renda e poucas mudanças no cenário da pobreza: “o maior desafio atual na Mata Atlântica é a questão social e não a ambiental como antes”.

O contexto social e econômico está diretamente associado ao modelo de desenvolvimento desenhado, em parte, pelas estratégias das empresas florestais. “O problema não é o impacto da monocultura do eucalipto, mas a ‘monodestinação’ da madeira com foco único na exportação de celulose”, adverte o ambientalista. A diversificação é um fator para diminuição dos riscos dessa dependência. Nos plantios florestais, a exploração de madeira sólida para móveis e construção – além de reduzir a pressão sobre áreas nativas – “gera potencialmente mais emprego e renda na cadeia de processamento do que a matéria-prima para papel”.

No Brasil é coberto por 2,2 milhões de hectares de florestas para celulose. É uma área equivalente a quase todo o Estado de São Paulo. O Sul da Bahia e Norte do Espírito Santo abrigam as maiores extensões. Vista da BR 101, rodovia que liga o Sudeste ao Nordeste do país, a vastidão verde homogênea, com árvores de até 35 metros de altura, já encobre a paisagem da Mata



O DIÁLOGO ENTRE OS SETORES É FUNDAMENTAL PARA O ESTABELECIMENTO DE NOVOS PADRÕES DE COMUNICAÇÃO.

Atlântica com o Monte Pascoal ao fundo – visual que as atuais gerações não conseguem apreciar como faziam as mais antigas. Castigado desde os tempos predatórios da colonização, o cenário é hoje alvo de ações que buscam consertar estragos e conciliar a necessidade de ganhos econômicos, renda local e conservação. O conhecimento florestal das empresas de celulose é chave para o desenvolvimento planejado da cadeia de processamento de madeira e outros recursos nativos, envolvendo comunidades, de modo a valorizar – e proteger – plantios e remanescentes naturais como fonte de matéria-prima sustentável.

No Parque Nacional Monte Pascoal, onde há problemas de sobreposição com terras indígenas e uso da área para a retirada ilegal de madeira nativa, o projeto Formas da Natureza capacita populações tradicionais para alternativas de menor risco à Mata Atlântica, como o desenvolvimento de produtos a partir de eucalipto e outras espé-

cies plantadas, como a *Acacia mangium*. Pelo menos 6 mil árvores nativas são derrubadas por ano com a finalidade de fazer gamelas, colheres de pau e outros utensílios domésticos, envolvendo 300 artesãos. De acordo com Oscar Artaza, coordenador da iniciativa, o uso da madeira plantada é menos predatória e pode ter 30% mais de rendimento, evitando desperdícios.

Em outra frente de trabalho no Monte Pascoal, o objetivo é organizar e capacitar índios para o reflorestamento. Foram realizadas três oficinas de gestão participativa junto ao conselho de caciques pataxós para a criação de uma cooperativa indígena, reunindo aldeias das reservas de Barra Velha e Águas Belas. O propósito é gerar renda e oportunidades com a restauração florestal de 220 hectares degradados dentro daquele parque nacional, mudando o círculo vicioso da destruição que já exauriu grande parte da principal fonte de sustento local. Segundo estudos, uma de cada quatro famílias indígenas sobrevivem da atividade



ALTERNATIVAS SUSTENTÁVEIS DEVEM SUBSTITUIR A PRODUÇÃO DE ARTESANATO COM MADEIRA NATIVA DA MATA ATLÂNTICA.

madeira. A partir de agora, quem tradicionalmente se dedicava à extração ilegal de madeira passa a produzi-la e a utilizá-la de uma maneira mais sustentável.

16 | A lógica é fazer com que os índios dependam de atividades econômicas ligadas diretamente à conservação e não ao desmatamento. O modelo, pioneiro em comunidades indígenas na Mata Atlântica, recebe R\$ 3 milhões do Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDES) para atividades de gestão, educação e fortalecimento da cadeia produtiva da restauração, incluindo coleta de sementes e produção de mudas. Na cooperativa, chamada COOPLANJÉ, os próprios pataxós se tornaram protagonistas no trabalho de campo para a recomposição da natureza – tarefa antes executada por uma entidade que não tinha ligação com a região, nem com a cultura indígena. Em parceria com a ONG Natureza Bela, as aldeias ganharam viveiros demudas e pretendem expandir a experiência para outras regiões.

“Quando visitaram pela primeira vez a área, os técnicos do banco se impressionaram com o paradoxo entre o esforço de campo para a restauração e o barulho da motosserra que ouviam ao longe”, conta Paulo Dimas, secretário executivo do Fórum Regional da Bahia. Ele adverte: “a economia florestal não deve depender unicamente dos plantios que abastecem indústrias de celulose”. Eventual crise do setor teria um poder de impacto social tão pernicioso quanto o causado pela quebra da cultura de cacau. “São indispensáveis menor concentração fundiária e maior fomento a pequenos produtores”.

A iniciativa junto aos índios nasceu a partir da experiência inicial e inovadora de uma outra cooperativa, a COOPLANTAR, a primeira a trabalhar com reflorestamento. O projeto surgiu após um mutirão popular para a proteção do rio Caraívas, na região de Porto Seguro (BA), ameaçado pelo desmatamento das cabeceiras. O trabalho, antes voluntário, tornou-se um negócio para o sustento das famílias,



EXEMPLO DE ARTESANATO PRODUZIDO COM MADEIRA DE EUCALIPTO.

beneficiando principalmente ex-pescadores que trocaram as dificuldades no mar e hoje ganham o pão fazendo travessia de turistas em canoas para o vilarejo de Caraívas. O plantio de mudas nativas nas fazendas da região, durante a baixa temporada do turismo, gerava renda complementar. O ex-jardineiro de pousada David dos Santos Souza, o Marola, e sua turma de mateiros, especializaram-se na coleta de sementes para abastecer os viveiros. Eles antes plantavam mudas em garrafas plásticas para vender aos turistas. Depois, dedicaram-se a escalar árvores, algumas altíssimas como os jatobás, para extrair as matrizes do reflorestamento e ganhar três salários mínimos mensais. De certa maneira redimem os estragados causados pelos pais e avós, antigos carvoeiros.

O projeto de restauração com participação comunitária chegou a estar associado à venda de créditos de carbono no mercado voluntário. No entanto, devido a problemas de gestão e ao desinteresse dos fazendeiros em pagar pelas

mudas e pela manutenção do reflorestamento, a cooperativa não evoluiu como se esperava. Mas deixou plantada uma ideia que agora prospera em outras iniciativas, com potencial de se integrar ao trabalho de conectar pedaços isolados de vegetação nativa, a maioria em propriedades particulares, para formação de corredores de biodiversidade, essenciais ao trânsito da fauna e à manutenção da sua variabilidade genética. O Pacto para Restauração da Mata Atlântica planeja nas próximas décadas recompor 15 milhões de hectares para dobrar a floresta nativa que restou no bioma.

A adequação das propriedades ao novo Código Florestal deverá movimentar a cadeia de negócios da restauração, beneficiando comunidades. “Só para o Sudeste, contando com a atual infraestrutura de viveiros e o plantio de mudas nativas em 20% da área, o trabalho iria demorar pelo menos 60 anos e exigiria investimento de R\$ 46 bilhões”, calcula Aurelio Padovezi, coordenador de estratégias de restauração na The Nature Conservancy (TNC).

DIÁLOGO APROXIMA SETORES ANTES ANTAGÔNICOS

As questões sociais são inerentes ao esforço de reconstrução. Estima-se que surjam oportunidades em maior escala a partir do desenvolvimento de uma cadeia produtiva até agora mantida na periferia dos grandes empreendimentos e, até certo ponto, na informalidade. O atual engajamento dessas engrenagens para a valorização econômica da floresta demonstra que o foco nas relações com comunidades ganha espaço na agenda da conservação, a partir de um debate relativamente antigo.

Há exatos 10 anos, trinta representantes de organizações ambientalistas, da indústria florestal, proprietários de terras e academia encontraram-se em Santa Cruz de Cabrália (BA) para uma conversa inicial, centrada principalmente na conservação da biodiversidade. Dois anos depois, em 2005, na primeira reunião do grupo já formalizado como Diálogo Florestal, o diagnóstico sobre os obstáculos para se chegar a uma visão comum incluía aspectos sociais importantes: a deficiência de informação e a falta de transparência das relações. “Foi uma reunião para conhecimento mútuo entre os setores e teve seus momentos quentes de discussão, fundamentais para avançar com a agenda”, recorda-se Miriam Prochnow, hoje secretária executiva da organização.

Ao longo dos anos, o Diálogo Florestal construiu uma pauta extensa de trabalho, com nove fóruns regionais para identificação e mobilização de parceiros locais. Frutos do diálogo foram, por exemplo, as ações de conservação junto a produtores de eucalipto fomentados pela indústria e o afastamento dos plantios florestais em relação às comunidades, para a redução de conflitos. Entre outros pontos, a soltura de gado para pastagem nas florestas das empresas e os riscos dos animais silvestres afugentados para perto das moradias durante o corte do eucalipto eram problemas que precisavam ser resolvidos.

Decisões levadas a cabo de maneira participativa e consensual têm proporcionado o surgimento de arranjos produtivos e soluções inovadoras. Eliminam-se barreiras, preconceitos. Conversas difíceis tornam-se possíveis; o contencioso

cede lugar ao amistoso. E conflitos até bem pouco tempo atrás só resolvidos nos tribunais se transformam em oportunidades com benefícios para ambos os lados.

Marco desse novo cenário foi o acontecimento histórico, ocorrido no ano passado, no Assentamento Jaci Rocha, município do Prado (BA). Não foi um almoço de rotina. O aroma da galinhada exalava na recepção aos convidados, quando chegaram as lideranças dos dois lados em questão: o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) e a Fibria, empresa de celulose detentora de grandes extensões de eucalipto no Extremo-Sul da Bahia. Desta vez, o ambiente não era de desavença, mas de festa: a inauguração de uma escola agroflorestal para jovens de assentamentos rurais, destinada a fomentar práticas sustentáveis e uma nova cultura no campo.

Após discursos inflamados com elogios de parte a parte e uma sessão de fotos de executivos abraçados com representantes da comunidade, estava selada a aliança. Em negociação inédita, a empresa – proprietária da fazenda ocupada há 12 anos pelos sem-terra – abriu mão de novas ações de reintegração de posse e terá a área desapropriada para investir no projeto agroecológico durante cinco anos, encerrando o conflito e beneficiando 1,2 mil famílias. No arranjo do tipo “ganha-ganha”: os colonos ganham terra, estrutura e qualificação para produzir mais e melhor; a empresa recebe títulos de dívida agrária, um negócio de ótima rentabilidade no mercado, e avança da política de boa vizinhança.

O governo estadual da Bahia e o INCRA participaram da costura. “Muda-se a relação entre capital e trabalho”, analisa Paulo Kageyama, pesquisador da ESALQ, da Universidade de São Paulo. Ele orienta os assentados na produção de alimentos em sistemas agroflorestais, sem uso de agrotóxico e com a conservação da Mata Atlântica – ambiente natural que fornece água e condições de clima essenciais à sustentabilidade do próprio eucalipto do entorno. Márcio Matos, da direção nacional do MST, despachou após a cerimônia: “Chegamos a um novo paradigma de negociação sobre passivos, diálogo que surgiu a partir de relações antes extremamente conflituosas e se repetirá junto às demais empresas do setor”.

Um segundo marco divisor de águas na relação entre silvicultura e comunidades foi a operação policial, defla-

grada em 2011, contra o desmatamento e produção ilegal de carvão no Sul da Bahia e Norte do Espírito Santo. O episódio foi estopim para uma aliança entre empresas florestais e Ministério Público no sentido de reverter o quadro social degradante e os prejuízos causados pelo roubo de madeira nas áreas de eucalipto e nativas. “O desafio foi encontrar soluções para comunidades que dependiam economicamente dos fornos de carvão, que foram destruídos, preparando-as para o acesso a políticas públicas e serviços básicos, como educação e coleta de lixo”, afirma Giordano Bruno Automare, coordenador de sustentabilidade da Unidade Aracruz, da Fibria. Das mais de 1 mil vilas identificadas na vizinhança, 96 são de alta prioridade. Ele completa: “Detectamos a necessidade de gerar renda sem destruir totalmente a cultura tradicional de comunidades conflituosas, onde sequer a polícia entrava”.

No Programa de Desenvolvimento Rural Territorial (PDRT), a empresa cadastrou 32 vilarejos da Bahia e Espírito Santo

para o início de novas atividades produtivas capazes de puxar mudanças sociais. No total, foram cedidos 2,5 mil hectares em regime de comodato para pequenos produtores cooperativados, principalmente na faixa dos 300 metros de recuo do eucalipto, negociada no âmbito do Diálogo Florestal.

O trabalho coletivo, importante no processo de “empoderamento” local, é condição para fazer parte do projeto com assistência técnica e acesso a insumos durante um determinado tempo. “A lógica das relações com comunidades não é mais doar camisetas para times de futebol”, ilustra Automare. O objetivo agora é criar um mosaico de soluções produtivas comunitárias para se chegar, ao longo do tempo, a uma fórmula ideal. “Fazer a transição para a agroecologia é um desafio cultural de longo prazo e sem ele as carvoarias certamente voltarão”.

“A roça de mandioca é hoje melhor do que qualquer outro trabalho na região”, garante Adailton Santos, en-

Miriam Prochnow





NO SUL DA BAHIA, ADAÍLTON SANTOS APOSTA NA MANDIOCA CULTIVADA EM TERRAS CEDIDAS PELA FIBRIA.

quanto corta as manivas para plantio ao lado da mulher e dois de seus cinco filhos, no lote que recebeu na comunidade de Pouso Alegre, em Alcobaça (BA), município que tem a maior parte do território ocupada por plantios florestais de empresas.

Na localidade, são 136 hectares com 60 famílias e duas associações de produtores. Uma unidade de beneficiamento de farinha foi recentemente inaugurada no povoado para absorver a mandioca produzida por quatro cooperativas rurais dos arredores, na esperança de maior ganho sem a venda para intermediários. Em função do longo período de seca em grande parte do interior nordestino, o preço do saco de farinha dobrou, aumentando o otimismo de quem vive nas regiões não atingidas pela estiagem, perto do eucalipto. Um banco de germoplasma está sendo desenvolvido com apoio de pesquisadores para aumentar a diversidade genética da planta.

A demanda pela participação no projeto dobra a cada ano. Treze associações comunitárias aguardam na fila e serão atendidas conforme o seu nível de vulnerabilidade social e o impacto local da empresa. “No início éramos criticados; agora batem na nossa porta para entrar”, afirma Valmir Fonseca, analista de sustentabilidade da Fibria na região. No vilarejo Novo Destino, o lote comunitário onde antigamente havia eucalipto e hoje os 33 produtores locais plantam abóbora é palco de aulas de campo sobre o uso de biofertilizantes. “O plano é fazê-los plantar o próprio insumo, utilizando espécies adaptadas localmente”, revela o engenheiro agrônomo Luis Claudio Bona, à frente de um grupo que prepara um coquetel de adubação verde à base de leguminosas para o plantio de milho.

O trabalho coletivo é a principal conquista. “Uma área adicional foi negociada com a empresa para que os produtores deixassem de plantar na beira do rio”, conta Werlhes Gomes, presidente da associação local, informando

que está saindo do papel um projeto de irrigação e outro para beneficiamento de legumes, cuja produção substituiu o gado e o corte de madeira. “Em vez do êxodo que ocorria antes, hoje os jovens vão para a cidade estudar e voltam para trabalhar no campo”, afirma Gomes, aluno de Gestão Ambiental na universidade. Milho, mandioca e feijão vicejam no lote de 1 hectare que recebeu no projeto. “Outros plantam pimenta e até café”, diz o rapaz, estimando aumento da renda. “O que era no máximo um salário mínimo, hoje gira em torno de R\$ 900, mas tem gente colocando até R\$ 4 mil por mês no bolso”. No Novo Destino, quem andava de bicicleta comprou moto. Quem tinha moto, agora anda de carro.

É curioso perceber que os nomes das comunidades conotam, de uma certa maneira, a história de conflitos e transformações que acontecem naquele pedaço da Mata Atlântica. Na comunidade Valha-me Deus, isolada no meio do plantio de eucalipto, o cultivo de abacaxi, maxixe, feijão e milho substituiu os fornos de carvão. Havia inclusive modelos em miniatura, utilizado por crianças. Até recentemente, para se proteger de invasões, havia produtor rural que colocava uma placa na porteira da propriedade com os seguintes dizeres: “Esse eucalipto não é da Suzano, nem da Aracruz. Favor não cortar, nem queimar”.

Já no povoado do Mocó, os moradores decidiram mudar o nome do lugar para livrar-se do estigma do carvão e da ilegalidade. Passaram a chamá-lo de Sombra da Tarde, hoje pacífico, bem diferente de quando as pessoas andavam com facão em punho. “Hoje temos vergonha daquele ambiente de violência, álcool e drogas”, revela Edson

Jesus, que era remunerado para roubar lenha e ganhava um percentual da venda para comprar comida. Hoje o rapaz vigia o galinheiro comunitário para a comercialização de ovos e tem planos de plantar café. O terreno ao lado é ocupado por Alaíde Sincorá, mulher que desistiu da vida na cidade de frente para o mar, vendeu o que tinha e carregou toda a família para tentar uma vida nova com vista para os eucaliptos. Na roça, recebe auxílio técnico para plantar feijão, milho e mandioca, sem contar a horta, a casa de farinha e as galinhas que perambulam pelo quintal. “Só falta trazer mãe e sogra”, planeja.

A criação de alternativas econômicas gerou resultados positivos. Entre 2011 e 2012, o volume anual de madeira roubada ou queimada para carvão nas áreas da Fibria diminuiu de 300 mil para 28 mil metros cúbicos ao ano. Ao mesmo tempo, a fatia de produtores com renda de um salário mínimo caiu de 70% para 33% do total. A maioria passou a ganhar mais que o piso. A realidade, no entanto, não é igual para todos. No Assentamento 4045, o último antes da divisa com o Espírito Santo e um dos mais antigos e violentos, virou praticamente uma vila fantasma. Após a repressão policial de dois anos atrás, muitos foram embora. Isso demonstra que nem todos que estavam acostumados ao trabalho com carvão conseguem migrar facilmente para a lavoura. Ambientalistas entendem que a política empresarial deveria ir além do cultivo de alimento e desenvolver métodos sustentáveis e socialmente menos degradantes de produzir carvão nas comunidades, dentro da legalidade e dos princípios de uso múltiplo das florestas de eucalipto.

O percurso da BR 101, no Sul da Bahia, fornece o retrato fiel do cenário criado pela expansão da silvicultura nas últimas décadas. Localizado na beira da rodovia, o distrito de Tabatã, onde está a vila residencial erguida pela Suzano para abrigar os funcionários da fábrica, tornou-se maior e mais desenvolvido do que a própria sede do município de Mucuri, do qual faz parte. Casas imponentes, saneamento e bons serviços de um lado contrastam com a simplicidade e a pobreza do outro, apesar da volumosa arrecadação municipal de impostos por conta da atividade industrial. Em certa medida, além da contribuição dos tributos, a produção de celulose cobre lacunas dos investimentos públicos e articula parcerias institucionais, com reflexos na melhoria de vida. Recentemente, por exemplo, no plano de contingência contra os frequentes apa-

**A CRIAÇÃO DE ALTERNATIVAS
ECONÔMICAS GEROU RESULTADOS
POSITIVOS. ENTRE 2011 E 2012,
O VOLUME ANUAL DE MADEIRA
ROUBADA OU QUEIMADA PARA
CARVÃO NAS ÁREAS DA FIBRIA
DIMINUIU DE 300 MIL PARA 28 MIL
METROS CÚBICOS AO ANO.**



CRIAÇÃO DE PEIXE COMPLETA RENDA DE PESCADORES NO ENTORNO DOS PLANTIOS DA SUZANO, NA BAHIA.

gões no município, a companhia estadual de eletricidade se comprometeu a pagar pelo excedente de energia gerada pelas caldeiras de celulose em troca de investimentos da Suzano na melhoria da rede elétrica.

No passado, médicos, juízes e professores passavam ao largo de Muruci. Hoje o padrão mudou. A população aumentou de 4 mil para 34 mil habitantes e o município busca alternativas. “Emprego para quem passou dos 50 anos é difícil”, afirma Antonio dos Remédios, pescador que desistiu do mar e recorreu aos rios. A cidade, antigo polo pesqueiro, entrou em decadência. O mar já não está para peixe. E é perigoso: “não temos barcos em condições de buscar cardumes cada vez mais distantes da costa”. Antônio é presidente da associação que opera um projeto de piscicultura com apoio da Suzano. No rio Coca-Cola, foram instalados 30 tanques de tilápia, capazes de produzir 1 tonelada por mês. O plano é gerar um complemento de renda de R\$ 500 por família, exigindo

para cada produtor três dias de trabalho por mês em regime de rodízio. Além da estrutura de viveiros, a empresa fornece lancha, ração, alevinos e assistência técnica por dois anos.

É um caminho para gerar renda, mas também uma estratégia capaz de reverter a visão negativa de que os efluentes lançados pela fábrica de celulose no rio Mucuri teriam reduzido os peixes. Há relatos de que havia maior fartura na pesca antes da chegada da empresa, mas os estudos científicos encomendados pela indústria não comprovam impactos da sua descarga. O problema pode estar na barragem da usina hidrelétrica construída rio acima. “Ninguém tem certeza sobre nada e o que importa é que precisamos unir forças para trabalhar”, ressalta Antonio, na expectativa de novo auxílio para o beneficiamento do pescado e consequente aumento da renda. “Os mais jovens não querem matar mosquito ou maruim; preferem algo mais sossegado”.

Sergio Adeodato



NA ASSOCIAÇÃO GOLFINHO, JOVENS ENCONTRAM NOVAS PERSPECTIVAS DE VIDA EM MUCURI (BA).

As novas gerações já não fazem redes de pesca ou massa de pedreiro. Dedicam-se ao celular e ao computador – ou então se engajam em projetos profissionalizantes ou culturais, que elevam a autoestima, despertam valores, previnem conflitos e ainda podem gerar alguma renda. “Um dos objetivos é mobilizar as mulheres em atividades capazes de complementar renda e evitar a ociosidade enquanto os maridos pescam”, diz Martha Pereira, coordenadora da Associação Comunitária Golfinho, mantida com apoio da Suzano. Atualmente, nove oficinas de costura e artesanato abrangem 500 pessoas. “Mais do que dinheiro, o importante é a satisfação e o bem-estar quando estamos ocupadas”, revela Sinélia Paixão, mulher de um ex-pescador que recorreu ao trabalho de pedreiro para sobreviver. A atividade inclui também as esposas de trabalhadores da fábrica de celulose.

Da tecelagem de cizal a projetos de inclusão digital, crianças e adolescentes são alvos de projetos que as afastam de ameaças sociais, como as drogas e a violência. “A desco-

berta da aptidão para música envolve o trabalho com valores, disciplina, autocontrole, sensibilização e assiduidade”, afirma Orley Silva, maestro da orquestra de jovens, especializada em repertório erudito com referências populares.

Eles buscam chances diferentes dos atuais empregos temporários na construção civil, cacau e corte de cana. Joseinaldo Silva, o Pipoca, vendia a guloseima na rua e hoje coordena o grupo de capoeira Afroginga e a orquestra de berimbau: “atendemos a todo o calendário de eventos municipais”. O projeto mantém a única escola infantil existente na cidade, com 280 alunos. O esforço contrasta com os valões do esgoto que corre a céu aberto e expõe um desafio: tornar as conquistas sociais fortes o suficiente para influenciar políticas públicas e novos modelos de gestão municipal.

“Na zona rural, nenhum eucalipto é cortado sem antes consultar a comunidade local e fazer um plano para minimizar impactos”, garante Ana Paula Soares, coordenadora



PRODUTOR RECEBE ASSISTÊNCIA PARA O CULTIVO DE HORTALIÇAS ASSOCIADO À CRIAÇÃO DE GALINHAS E PEIXES.

da área socioambiental da empresa em Mucuri. Para romper a cultura do carvão, a estratégia tem sido promover a produção de alimentos em terras das famílias ou cedidas a elas em comodato. A tecnologia social segue o formato de uma mandala, com canteiros de 2,5 mil metros quadrados dispostos em círculos concêntricos para cultivo de horta e criação de peixes e galinha. O foco é a segurança alimentar e o complemento de renda. A empresa fornece assistência técnica e dois pintos, dois patos, 200 peixes, sementes, telas, bombas e aspersores de água.

quanto ela cuida da plantação e dos animais, o marido e o filho trabalham na coleta de galhos e demais resíduos de madeira na área da Fibria, na vizinhança. O material é retirado com permissão da empresa para venda como lenha para cozinhar ou para indústrias. A queima para carvão é proibida. “A maior renda vem dos resíduos florestais”, informa Orcalino Muniz, produtor tentou plantar coentro e abacaxi na “mandala”, mas ainda aguarda os resultados. Ele reclama: “a prefeitura não compra a produção para a merenda; falta um esquema de comercialização”.

24 | No total, 100 “mandalas” foram instaladas na região da BR 418, no caminho para o município de Caravelas (BA). “Melhorou muito a relação com a empresa”, conta Maria Augusta Santos, do Assentamento Cimental, ao mostrar os tomates e as cebolinhas que brotaram na horta, parte para consumo e parte para venda na feira da cidade. En-

No caso da apicultura, o ganho econômico é mais evidente. Na localidade de Picadão da Bahia, entorno do mosaico de eucalipto, a Suzano auxilia a produção de mel e pólen pela associação APIXSUL, que reúne 93 famílias e exporta parte do produto. Em quatro meses de trabalho no ano, o faturamento chega a R\$ 1,8 mil men-

DE UM LADO, A INCLUSÃO SOCIAL É CHAVE PARA A INTEGRIDADE DOS PLANTIOS FLORESTAIS E PARA VALORIZAÇÃO E CONSERVAÇÃO DOS AMBIENTES NATURAIS, NO ENTORNO DELES. DE OUTRO, A DEMANDA AMBIENTAL PODE ATRAIR INVESTIMENTOS E DESENVOLVER NOVAS CADEIAS PRODUTIVAS EM BENEFÍCIO DE COMUNIDADES.

sais por família. Com uma vantagem adicional: a presença das abelhas em área natural ajuda na polinização do talhão de eucalipto ao lado e também inibe a invasão para roubo de madeira.

O debate sobre “gênero” e o papel da figura feminina na produção comunitária compõe o trabalho social em torno da silvicultura. Em Ponto Central, comunidade cercada por plantios de eucalipto da Veracel em Santa Cruz do Cabralia (BA), a moradora Lurdes de Jesus se casou muito nova com o único objetivo de ser sustentada pelo marido e aliviar a penúria dos pais na criação dos seis filhos. A prática é comum por aquelas bandas. Anos depois, o casamento não deu certo e ela encontrou no artesanato da piaçava o meio de sustento para tornar-se independente e tocar a vida ao lado dos quatro filhos. “Consegui melhorar a casa e finalmente ter banheiro com vaso sanitário”, conta.

Naquele povoado, a fibra extraída das palmeiras é esperança contra a pobreza. Na cooperativa local, avisos e memorandos fixados na parede indicam o grau de organização de quem antes não tinha expectativa de renda e hoje vende para lojas de cidades turísticas 54 modelos de bandejas, potes, jarros e outras peças de piaçava. “É questão de amor próprio”, afirma a artesã Silvaneide Santos. O grupo integra o Fórum Regional da Bahia, onde representantes de movimentos sociais, ambientalistas e empresas debatem soluções para manter o sustento sem destruir a floresta.

No litoral, a denúncia de que as barcaças de celulose estariam afetando pesca artesanal na Reserva Extrativista do Corumbau, tema debatido no Fórum Regional, levou a Veracel a elaborar um mapeamento do percurso. O trabalho envolveu as comunidades, prevendo as diferentes modalidades de pesca do entorno. Além da instalação de antenas de rádio nas vilas, foram fornecidos equipamentos de comunicação para aviso às comunidades sobre eventuais mudanças de rota.

De um lado, a inclusão social é chave para a integridade dos plantios florestais e para valorização e conservação dos ambientes naturais, no entorno deles. De outro, a demanda ambiental pode atrair investimentos e desenvolver novas cadeias produtivas em benefício de comunidades. É o que acontece no Sul da Bahia a partir de uma decisão do Ministério Público obrigando as indústrias de celulose a arcar com a adequação ambiental dos seus fornecedores locais de eucalipto. Hoje aproximadamente um terço da matéria-prima utilizada pelas empresas do setor provém de produtores rurais que plantam florestas em troca de incentivos e garantia de compra. Pelo acordo, o proprietário que tiver menos de 50 hectares de eucalipto receberá gratuitamente as mudas nativas para restauração de reserva legal e matas na beira de rios. Mas se o produtor tiver mais de 100 hectares, terá de pagar por elas.

O Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), no valor total de R\$ 30 milhões, por dez anos, gerou um conjunto de iniciativas que culminaram no Programa Arboretum. Idealizadas pela especialista Natália Coelho, do Serviço Florestal Brasileiro, as ações pretendem regenerar inicialmente 20 mil hectares de Mata Atlântica. Pagas pelas indústrias de celulose, as mudas serão fornecidas por viveiros de comunidades rurais que estão sendo mapeadas. A prioridade é o cultivo de espécies florestais raras, ameaçadas ou que só existem naquele bioma. “A ideia é dar à restauração um viés social”, explica Fábio Correa, promotor de justiça no município de Teixeira de Freitas (BA). Está prevista uma rede de sementes e o desenvolvimento de uma cadeia de negócios, com investimento de R\$ 2,4 milhões na construção de um prédio com herbário, laboratórios e salas de aula. Percebeu-se que o problema do bioma, mais que o desmatamento, é a necessidade de sua recuperação como forma de se gerar negócios, conservar recursos e reduzir impactos futuros às atividades econômicas.

CAPÍTULO 4

INCENTIVOS PARA REGENERAÇÃO DE MATAS EM SANTA CATARINA

Da Bahia, a viagem pelo cenário das relações entre plantios florestais e comunidades chega à Santa Catarina. No município de Atalanta, considerado capital ecológica do Estado, um viveiro capaz de produzir 1 milhão de mudas por ano, abrangendo cerca de 120 espécies, é a fonte da restauração e enriquecimento florestal de pequenas propriedades da região que fornecem eucalipto à Klabin. A “maternidade” se localiza entre as colinas verdes que abrigam a sede da Associação de Preservação do Meio Ambiente e da Vida (Apremavi), uma área de Mata Atlântica aberta a atividades educacionais e produtivas. “Em mais de vinte anos, a antiga floresta queimada para pastagens se regenerou, hoje tem palmitos e samambaias, e é frequentada por macacos bugios”, orgulha-se Edegold Schäffer, presidente da instituição.

No programa Matas Legais, com apoio da empresa de celulose, foram distribuídas até o momento mais de 400 mil mudas para cerca de 700 produtores catarinenses e paranaenses. Em Santa Catarina, a maioria tem origem alemã e italiana. Eles recebem assistência técnica e são orientados para adequação à lei e proteção dos recursos hídricos. “A água está realmente aumentando”, constata o Valmor Catafesta, de Agrolândia (SC), satisfeito por ter recuperado nascentes perto do eucalipto. Os tempos, de fato, mudaram. O produtor instalou uma granja de porcos em lugar da serraria onde o pai processava madeira nativa. Não muito longe, Vilson Polini, aos 64 anos, pele castigada pelo sol, substituiu o milho e o feijão pelo eucalipto: “é mais seguro e dá menos trabalho quando a idade avança”. Mas a mata nativa está lá, vigorosa, no meio do vale, nutrida pelas mudas da Apremavi. Daquele viveiro também saíram os pés de palmito que atraem jacus na floresta de Irineu Warmling, dono de 9 hectares de eucalipto, além de 1 mil cabeças de suíno.

André Pessoa



Há cinco anos, a iniciativa foi replicada para o Paraná. “No trabalho de restauração, o envolvimento das comunidades e propriedades vizinhas às áreas da empresa é estratégico para a formação de corredores ecológicos”, destaca Ivone Namikawa, coordenadora de sustentabilidade florestal da Klabin. Ela acrescenta: “O relacionamento deve ser construído pensando no desenvolvimento regional”. Com base nessa visão, a companhia tem como política incentivar produtores a cultivar eucalipto também para madeira serrada, atraindo indústrias de beneficiamento e de movelaria. Foi o que aconteceu no município de Telêmaco Borba (PR), onde a companhia mantém operações industriais e 130 mil hectares de floresta. Hoje com mais de 70 mil habitantes, a cidade nasceu e se expandiu a partir dos plantios de eucalipto e pinus, iniciados na década de 1940.

Os impactos e a dependência local em relação às atividades florestais tornam as empresas co-responsáveis pelo futuro do lugar. Poucos anos atrás, a cidade de Três Lagoas, no Mato Grosso do Sul, não passava de um pacato

“NO TRABALHO DE RESTAURAÇÃO, O ENVOLVIMENTO DAS COMUNIDADES E PROPRIEDADES VIZINHAS ÀS ÁREAS DA EMPRESA É ESTRATÉGICO PARA A FORMAÇÃO DE CORREDORES ECOLÓGICOS. O RELACIONAMENTO DEVE SER CONSTRUÍDO PENSANDO NO DESENVOLVIMENTO REGIONAL.”

e rústico lugarejo que sobrevivia da pecuária, às margens do rio Paraná, na divisa com São Paulo. A realidade mudou quando antigas pastagens abandonadas cederam lugar ao eucalipto. O PIB municipal triplicou após a Fibria ter desembolsado R\$ 3,8 bilhões na nova fábrica que absorveu

André Pessoa



AO LADO DO PLANTIO DE EUCALIPTO, IRINEU WARMLING ENRIQUECE A MATA NATIVA COM MUDAS DA APREMAVI.

ativos florestais da International Paper já existentes na região. Em seguida chegou a fábrica da Eldorado Brasil.

Escolas, universidades, hospitais especializados, bons restaurantes e butiques surgiram da noite para o dia para atender aos “cowboys” do eucalipto. Com maior arrecadação de impostos, chegaram asfalto, drenagem e esgoto tratado. Em seis anos, a receita municipal pulou de R\$ 74 milhões para R\$ 161 milhões. E no rastro dos das fábricas de celulose e sua base florestal, e infraestrutura de serviços criada, surgiram novos empreendimentos de outros setores, como siderúrgicos e petroquímicos.

O gado, que rende 300 R\$ por hectare ao ano, perdeu espaço para o eucalipto, capaz de atingir R\$ 800. Aumentou a circulação de dinheiro, mas também os riscos sociais. Foram realizadas campanhas contra prostituição infantil, um problema comum na região. Em cinco anos, a população aumentou 25%, ultrapassando 100 mil habitantes. Com mais alternativas, os jovens passaram a se fixar na cidade e os que foram embora para estudar e conseguir emprego começaram a retornar.

Imóveis valorizaram-se. À beira de uma lagoa revitalizada, surgiram edifícios de alto padrão. Nesse ponto nobre, um requintado hotel, erguido há uma década para sediar leitões de gado, hoje hospeda engenheiros florestais e gerentes das fábricas. Mas o luxo urbano da nova fronteira contrasta com a realidade de quem vive no campo. Ações socioambientais se fizeram necessárias para que a “lua de mel” entre fábricas de celulose e população se transformasse ao longo do tempo numa relação estável e duradoura.

O Mato Grosso do Sul chegou a ter 700 mil hectares de maciços florestais plantados desde a década de 1970 com incentivos federais, mas acabaram abandonados em função do fogo e das formigas. Após a retomada da atividade, a área soma hoje 475 mil hectares. “O crescimento precisa ser equilibrado considerando base florestal, industrial e valores socioambientais”, adverte Benedito Lázaro, secretário executivo da Associação Estadual dos Produtores e Consumidores de Florestas Plantadas (Reflore), integrante do Fórum Florestal regional. “É necessário recomençar de maneira correta, entendendo a realidade local, onde grandes extensões de áreas de pastagens degradadas dificultam caminhos alternativos de produção”.

No município de Ribas do Rio Pardo, prospera um polo moveleiro abastecido por pinus de antigos plantios florestais. Além de serrarias, a apicultura tem potencial de expansão a partir do desenvolvimento de clones de eucalipto com alto potencial de floração. “Arranjos produtivos locais melhoraram a tecnologia e a qualidade de vida nas comunidades”, observa Lázaro. No Assentamento Mutum, abrangendo três municípios, a esperança está mel e no frango caipira, artesanato e produção de eucalipto a ser tratado para uso como mourão.

“Mudamos a linha de ação, antes assistencialista e pontual, baseada em demandas das comunidades, como apoio para uma festa local, construção de uma ponte ou reforma de uma igreja”, relata Paulo Dantas, coordenador de meio ambiente da Cenibra. A empresa está presente em 54 municípios de Minas Gerais onde predominam a agricultura de subsistência e a pecuária de baixa tecnologia, com exceção de regiões mineradoras e siderúrgicas. “Ao longo do tempo, a postura inicial não surtia resultados no desenvolvimento das comunidades e passamos a trabalhar no apoio a projetos estruturantes, com a geração de trabalho e renda”.

Com esse objetivo, foi criada uma estrutura para identificar os potenciais do território e promover a capacitação de atores locais. Ações passaram a ser priorizadas a partir de uma metodologia que leva em conta o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e o Índice Mineiro de Responsabilidade Social (IMRS), retratando a situação da saúde, educação, segurança pública, meio ambiente, habitação e renda, entre outros pontos. Dos 32 projetos voltados para a geração de trabalho e renda em comunidades vizinhas das florestas da empresa, o Parceria Apícola estabelece contratos com associações de apicultores para acesso e uso das florestas nativas, onde são instalados os apiários. Já o Projeto Chapeleiras baseia-se no manejo da palmeira-indaiá para uso da palha na confecção de chapéus, tradição que passa de geração em geração por mais de 200 anos. Parceria com o Centro Universitário do Leste de Minas Gerais (UNILESTE-MG) permite o estudo e lançamento de novos produtos a partir daquelas fibras.

No bioma do Pampa, no Rio Grande do Sul, a expansão de cultivos empresariais de eucalipto gerou controvérsias. Quando foram anunciados três grandes projetos de 100 mil hectares cada, o temor girava em torno da mudança



MULHERES TRABALHAM A PALHA PARA PRODUÇÃO DE ARTESANATO, EM PROJETO APOIADO PELA CENIBRA, EM MINAS GERAIS.

na paisagem de campos abertos, que nunca teve floresta alta, com impactos no imaginário popular. “Mas hoje se percebe que a preocupação está mais no meio urbano do que no rural”, avalia Maurem Alves, coordenadora ambiental na empresa CMPC Celulose Riograndense. A polêmica arrefeceu após dois anos de conflitos e pressões que levaram o governo estadual a aprovar o zoneamento da silvicultura, com limites para o tamanho dos maciços florestais. Ao mesmo tempo, no fim de 2008, diante da crise financeira mundial, dois dos três empreendimentos foram cancelados.

Estima-se que menos de 3% do bioma esteja ocupado por eucalipto. “A matriz econômica da região não foi alterada”, afirma Maurem. A empresa mantém equipes de campo para educação ambiental e relacionamento com comunidades, identificando queixas e soluções. O projeto “Mel de Eucalipto” gera renda aos apicultores locais com colmeias dentro dos plantios de eucalipto. Em contrapartida pelo

direito de usar área, uma parte do produto é doada pelos produtores às escolas, que o utilizam na merenda ou revendem para investir os recursos em melhorias. São ao todo 500 colmeias, reunindo 22 apicultores, com estimativa de distribuição de 6.500 kg de mel em 25 municípios.

Apesar do freio na expansão dos plantios para celulose, há questões a resolver. A lucratividade do eucalipto assedia assentamentos rurais interessados em diversificar a produção de alimentos, a contragosto de instituições, como o MST. “Os empreendimentos de celulose foram apenas a ponta do iceberg: existem plantios de acácias e pinus irregulares”, revela Kathia Monteiro, ambientalista do Instituto Augusto Carneiro, atuante no Fórum Regional do Diálogo Florestal no RS. Há presença de pinus até dentro reservas e parques nacionais no litoral do extremo-Sul. “É preciso fazer a revisão do zoneamento da silvicultura, conforme determina a lei, mas o governo estadual não se move”, reclama Kathia.

CAPÍTULO 5

O POTENCIAL DOS NOVOS PADRÕES, DA SERRA DO MAR À CAATINGA

Empresas e organizações que participam do Diálogo Florestal replicam a experiência de debate colaborativo em projetos não necessariamente ligados à silvicultura ou às decisões e diretrizes desse fórum. Como o efeito-dominó, no qual umas peças empurram as outras, a prática do diálogo gera mais diálogo, alianças, ações mútuas. No Vale do Paraíba, o Instituto Eco Solidário, por exemplo, participa de uma iniciativa que começa a transformar métodos de gestão nos municípios. “O objetivo não é fazer algo para a comunidade, mas com a comunidade”, ilustra Aislan Greca, coordenador do Programa Petrobras Agenda 21, no qual a empresa é apenas um agente facilitador do debate sobre o desenvolvimento local. Em todo o Brasil, mais de 200 comunidades participam do processo nas

regiões de influência de refinarias e outras operações da companhia. A maioria está na fase de diagnóstico, quando jovens da localidade entrevistam moradores para posterior compilação dos dados e montagem de um mapa para a tomada de decisão coletiva sobre as ações prioritárias.

A metodologia ganhou força mundialmente com a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio 92), quando governos e instituições da sociedade civil de 179 países construíram de forma consensuada a Agenda 21 Global contendo ações prioritárias em diversos temas socioambientais. O modelo foi empregado internamente no país na elaboração da Agenda 21 brasileira, entre 1996 e 2002, envolvendo 40 mil pessoas. O processo chegou ao nível comunitário e, na Agenda 21 Local, tornou-se instrumento de planejamento participativo do território com definição de projetos de curto, médio e longo prazos. “A escola é um lugar bastante propício para se articular essa agenda com pontos de interesse da comunidade”, ressalta Célia Figueiredo, diretora da Escola Mu-

Miriam Prochnow



nicipal Maria Amélia Wakamatso, do distrito de Campos de São José, em São José dos Campos (SP). Ficou definida a prioridade para a proteção de nascentes e para os resíduos: “Hoje temos coleta seletiva para reciclagem duas vezes por semana e pontos para recolhimento de óleo”. Após a iniciativa, a limpeza urbana melhorou nitidamente e o lixo já não é queimado como antes com risco de incêndio na floresta.

A Serra do Mar e entorno compõem um dos cenários brasileiros que mais concentra plantios de eucalipto. A área, hoje palco de projetos sociais e preocupação com o futuro da qualidade ambiental, teve um passado de impactos e desmatamento causados por antigos ciclos econômicos, como o do café. Historiadores relatam que no século XIX foram derrubados a ferro e fogo 600 quilômetros quadrados de floresta por ano, em média, para a abertura de cafezais mantidos por métodos agrícolas arcaicos e ineficientes, que resultavam em mais desmatamento. Após 1822, já independente e livre dos interesses da monarquia portuguesa, o Brasil adotou políticas econômicas autôno-

mas que impulsionaram a exploração dos recursos naturais em nome da prosperidade. Mas a origem do capital para transformar floresta em riqueza agrícola permanecia no exterior, porque a produção se pautava pelos interesses de consumo dos países ricos.

Com um agravante social: o primeiro século do plantio comercial de café coincidiu com o último da escravidão. A força do trabalho escravo era defendida como essencial para a manutenção daquela importante fonte de divisas do país. Tal argumento, no entanto, não obteve sucesso contra a abolição da escravatura. O Brasil foi o último país do continente americano a por fim nesse flagelo, associado a um modelo agrícola retrógrado, improdutivo e ecologicamente devastador.

Após os ciclos econômicos da cana-de-açúcar e do ouro, a cultura do café monopolizou o cenário. No Rio de Janeiro, a partir de 1816, espalhou-se pelos morros da cidade em lugar da Mata Atlântica, chegando até a enseada de Botafogo.

Miriam Prochnow



Quarenta anos depois, o impacto nas nascentes causou severa escassez de água, levando o imperador D. Pedro II a ordenar o fim do plantio e a desapropriação das fazendas. Para a recuperação do ambiente degradado, seu governo mandou plantar mudas nativas nos maciços, dando origem ao atual Parque Nacional da Floresta da Tijuca. Foi o primeiro e maior projeto de silvicultura até hoje realizado no país.

De lá para cá, é claro, muita coisa mudou. No entanto, marcos da história são valiosos indicativos para o aprendizado e melhor entendimento de um processo que continua e busca um futuro mais sustentável, sem repetição de erros do passado. Obviamente, hoje a realidade social e ambiental do ciclo do eucalipto é bem diferente de quando as primeiras mudas foram cultivadas no país, em 1909. São inegáveis os avanços no controle ambiental e social e no engajamento das empresas que inseriram a sustentabilidade nas agendas, sem falar da força trans-

A MADEIRA PARA CARVÃO QUE DEIXA DE SER EXTRAÍDA NAS ÁREAS DE EUCALIPTO NO SUL DA BAHIA PASSA A SER OBTIDA EM REGIÕES MAIS DISTANTES, ONDE A POPULAÇÃO PERMANECE DEPENDENDO DE PRÁTICAS AMBIENTALMENTE INSUSTENTÁVEIS.

formadora de instrumentos de mercado, como as certificações. Nesse novo contexto marcado por diálogo e alianças, a silvicultura se expande geograficamente no país – inclusive por conta de demandas emergentes, como a energética e a climática.

André Pessoa



Em 2012, a área brasileira de plantios de eucalipto e pinus atingiu 6,66 milhões de hectares, um crescimento de 2,2% em relação ao indicador de 2011, de acordo com a Associação Brasileira dos Produtores de Florestas Plantadas (ABRAF). A maior expansão ocorreu no Tocantins e Mato Grosso do Sul. As atividades da cadeia produtiva do setor no país contribuíram para a geração de 4,4 milhões de empregos e para um investimento de R\$ 149 milhões em programas de inclusão social, educação e meio ambiente, beneficiando 1,3 milhão de pessoas em aproximadamente 1 mil municípios das regiões de influência das empresas.

No caso da celulose e papel, nos próximos dez anos, estimam-se investimentos de US\$ 20 bilhões, principalmente para ampliar a área de florestas plantadas. A expectativa é expandi-la em 45%, passando dos atuais 2,2 milhões de hectares para 3,2 milhões de hectares, segundo dados da associação das empresas do setor, a Bracelpa. A expectativa é de que o mesmo padrão empregado em regiões onde o setor está historicamente consolidado seja aplicado nas novas fronteiras, como o Maranhão. Lá, no município de Imperatriz, a Suzano está construindo uma fábrica de celulose, capaz de produzir 1,5 milhão de toneladas por ano, com inauguração prevista para o final de 2013.

No Piauí, a perspectiva da chegada de uma nova unidade industrial de celulose, anunciada pela empresa e depois cancelada por razões financeiras, curvou as atenções dos produtores rurais para as oportunidades do eucalipto como uma alternativa redentora, principalmente por se tratar de uma das regiões mais pobres e socialmente vulneráveis do país. A silvicultura, praticada com critérios ambientais e sociais, teria o potencial de induzir o desenvolvimento dentro de padrões mais sustentáveis em dois biomas brasileiros que mais sofrem ameaças, apesar de ainda cientificamente pouco conhecidos: a Caatinga e o Cerrado.

No caso da Caatinga, resta metade da vegetação original, segundo dados do INPE. Cerca de 40% do território sequer teve a biodiversidade pesquisada e, para completar o quadro de desafios, o fenômeno da desertificação se expande em grande parte do semiárido, inviabilizando os solos para atividades econômicas. O desmatamento é a principal causa. A lenha é responsável por 30% da

matriz energética do Nordeste, de acordo com dados do Ministério do Meio Ambiente.

A exploração florestal da Caatinga por métodos de manejo é ainda insipiente e não tem o consenso de pesquisadores e ambientalistas. Trata-se de uma fonte energética mais fácil e barata, que atende a 40% do abastecimento industrial, principalmente na produção de cerâmica, gesso, cal, tecidos, alimentos e bebidas. Parte da vegetação é derrubada para fazer carvão. O valor da matéria-prima é tão baixo, que muitas vezes compensa o custo de frete para transporte até indústrias de ferro-gusa de Minas Gerais. Ou seja: a madeira para carvão que deixa de ser extraída nas áreas de eucalipto no Sul da Bahia passa a ser obtida em regiões mais distantes, de baixa governança, onde a população permanece dependendo de práticas ambientalmente insustentáveis.

A degradação dos solos implica na perda da produtividade e está associada a questões sociais: as áreas de risco para desertificação concentram 66% da pobreza rural do país. O problema envolve segurança alimentar, energética, hídrica e da biodiversidade. Em resposta à demanda industrial, principalmente do polo gesseiro de Pernambuco, plantios de eucalipto tendem a se expandir na região da Chapada do Araripe, na divisa com o Ceará, onde se localiza a primeira Floresta Nacional criada no país.

No semiárido, a obra da transposição do Rio São Francisco, com orçamento que ultrapassará R\$ 8 bilhões, promete levar água para lugares hoje carentes de abastecimento. Além de matar a sede, irrigar lavouras e viabilizar atividades econômicas, o projeto pode ser um vetor de transformações sociais por meio da silvicultura. O licenciamento da obra obriga a restauração de aproximadamente 280 Km² com vegetação nativa, ao longo dos 700 km dos dois principais eixos de canais. Serio necessário algo em torno de 47 milhões de mudas, a um custo de cerca de R\$ 450 milhões. “A restauração florestal pode gerar renda e emprego numa região carente de investimentos e de baixo IDH”, analisa o pesquisador José Alves, diretor do Centro de Referência para a Recuperação de Áreas Degradadas (CRAD). A Universidade Federal do Vale do São Francisco (Univasf), em Petrolina, estruturada a partir da demanda da obra da transposição, centraliza a qualificação de mão-de-obra local para lidar com o desafio dos plantios.

CAPÍTULO 6

A EXPANSÃO DA SILVICULTURA COM PRÁTICAS SOCIAIS NA AMAZÔNIA

A perspectiva da silvicultura na Caatinga se configura em oportunidade para a replicação do modelo de debate e governança incentivado pelo Diálogo Florestal em outras regiões, principalmente de Mata Atlântica. Na Amazônia, o cenário também aponta para o crescimento de plantios florestais, seja para a recuperação de áreas nativas degradadas, seja para produção de madeira. O reflorestamento na região gira em torno de 623 mil hectares, metade de eucalipto e metade espécies nativas, como seringueira e paricá, madeira utilizada por indústrias de laminados e compensados, com destaque para o Pará e Mato Grosso.

O Acre, reconhecido nacionalmente pelos incentivos ao manejo de florestas nativas, se prepara para ingressar também nas plantadas. O plano é apoiar o desenvolvimento de um Fundo de Investimentos em Participações Florestais (FIP), o primeiro no país a ser respaldado por

um governo estadual, para o financiamento de projetos comerciais de plantios florestais com previsão de corte para 35 anos. A iniciativa compõe a segunda fase do Programa de Desenvolvimento Sustentável do Estado do Acre (PDSA), financiado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), que na primeira etapa apoiou o manejo comunitário e a melhoria de renda na Floresta Antimary. O novo modelo envolvendo fundo de participações deverá mobilizar parcerias entre os setores público e privado e pequenos proprietários para recuperação de terras degradadas e projetos agroecológicos.

Programas de plantios florestais para substituir em parte a madeira tropical são vistos como estratégicos, ao lado de outras medidas, para reverter a entrada de produto ilegal e predatório no mercado. Hoje a oferta de madeira nativa 100% legal não passa de 10% a 15% do que é comercializado, porque o sistema de controle é sujeito a fraudes e a exploração ocorre em áreas não autorizadas, sem critérios ambientais e sociais. “Quem segue regras para evitar impactos não tem como concorrer com a ilegalidade, que tem custos 50% inferiores”, lamenta Roberto Waak, presidente da AMATA, empresa que ganhou concessão para produzir madeira tropical na Floresta Nacional do Jamari, Rondônia. Trata-se do primeiro manejo certificado pelo FSC (Forest Stewardship Council) em floresta pública sob concessão da iniciativa privada. O selo impõe regras ambientais, exige o mapeamento de impactos e obriga a elaboração e execução de um plano de gestão social. Comunidades locais são visitadas para identificação de problemas e busca de soluções.

Já a empresa Mil Madeiras, em Itacoatiara (AM), primeira a receber o selo FSC na Amazônia, em 1997, mapeou as comunidades no interior e entorno de suas operações florestais e assumiu o compromisso de fazer a regularização fundiária e reconhecer o direito de posse dos moradores. Foi criada uma Ouvidoria Social para a manutenção do diálogo e resposta às demandas para apoio do desenvolvimento local. “O processo de certificação se propõe a romper barreiras e mudar a cultura empresarial no relacionamento com comunidades, antes indiferente, paternalista ou conflituoso”, explica Leonardo Sobral, gerente do Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola (Imaflora). Ao longo de duas décadas, ocorreram significativos avanços, mas há muito por fazer: “o desafio atual está no planejamento; na construção de indicadores”.



Miriam Prochnow

PARA SEREM SUSTENTÁVEIS, AS ATIVIDADES DE SILVICULTURA NA AMAZÔNIA PRECISAM SER MUITO BEM PLANEJADAS.



O PROCESSO DE CERTIFICAÇÃO SE PROPÕE
A RÔMPER BARREIRAS E MUDAR A CULTURA
EMPRESARIAL NO RELACIONAMENTO COM
COMUNIDADES E COM A PRÓPRIA FLORESTA.

CAPÍTULO 7

PERSPECTIVAS PARA UM FUTURO MAIS JUSTO E EQUITATIVO

O avanço do debate global sobre o direito de comunidades tradicionais levou o FSC a criar recentemente novos princípios e critérios sobre o tema, que passam a valer no começo de 2015. Em linhas gerais, as ações junto a comunidades devem ser construídas em conjunto, de maneira mais participativa e com maior engajamento. Espera-se, com isso, aumentar a legitimidade do processo e a cumplicidade dos envolvidos. Em outro aspecto, os critérios envolvendo o uso do conhecimento tradicional, com a exigência do consentimento prévio, terão maior alcance e passarão a valer para diferentes categorias de comunidade.

Além disso, pequenos e médios produtores têm hoje acesso facilitado à certificação florestal, após a aprovação de um padrão nacional de normas mais simplificado e de menor custo para esse grupo – o SLIMF (sigla em inglês de Manejo Florestal em Pequena Escala ou de Baixa Intensidade). Foi recentemente criado um selo comunitário, para transmitir ao mercado consumidor uma mensagem mais real sobre a origem, a escala de produção e os valores culturais e sociais atrelados aos produtos.

São medidas que vêm de encontro a uma tendência global que cresce internamente no país e fortalece um conceito cada vez mais utilizado no discurso de empresas, ONGs e governos: a equidade. Ninguém duvida que a urgência de mudanças nos modelos de produção e consumo diante dos limites do planeta em fornecer recursos tem aproximado a economia às questões ambientais e sociais. Mas

Miriam Prochnow



FOI RECENTEMENTE CRIADO UM SELO COMUNITÁRIO, PARA TRANSMITIR AO MERCADO CONSUMIDOR UMA MENSAGEM MAIS REAL SOBRE A ORIGEM, A ESCALA DE PRODUÇÃO E OS VALORES CULTURAIS E SOCIAIS ATRELADOS AOS PRODUTOS.

há críticas sobre os reais efeitos dos chamados “selos verdes” e demais mecanismos de mercado que diferenciam produtos e separam o joio do trigo para orientação dos compradores. Tais instrumentos têm favorecido apenas grandes corporações e consolidado o espaço de quem detém capital e tecnologia? “Há grandes preocupações se eles tendem a gerar oportunidades e diminuir as desigualdades ou aumentar a concentração de riqueza”, responde Luis Fernando Guedes, gerente de certificação agrícola do Imaflora, autor de recente estudo sobre a amplitude da certificação FSC.

“Os benefícios podem ser ampliados e distribuídos de maneira mais equitativa”, avalia Guedes. E isso só ocorrerá, diz ele, se houver capacidades e recursos para que organizações locais possam participar da definição e implementação destes mecanismos, tornando-os aplicáveis e acessíveis para todos os níveis, inclusive o familiar ou comunitário. Caso contrário somente se beneficia quem tem capacidade interna, as grandes empresas. No caso do FSC, 20 anos após a sua fundação, mais de 80% das florestas certificadas estão na América do Norte e na Europa e menos de 4% delas são manejadas por comunidades ou indígenas. Para Guedes, isso não reflete a distribuição de florestas no planeta, portanto, não é equitativo. No Brasil, a maior parte certificada é do setor de plantações de exóticas de grande escala, apesar de haver um considerável número de projetos comunitários certificados.

A equidade considera as capacidades e pontos de partida de cada um, garantindo os mesmos direitos ou oportunidades para aqueles que são diferentes, como no caso das políticas afirmativas (de gênero ou raça). “Logo, o conceito deve estar incorporado em qualquer política pública ou

corporativa de sustentabilidade”, ressalta Guedes. Não é correto achar que todos são iguais para cumprir com metas de sustentabilidade. “Iniciativas que não se abrem para os pequenos cometem uma grande falha, pois há grandes diferenças entre os perfis de produtores em muitas cadeias produtivas importantes para o meio ambiente”.

A indigência rural equivale a uma porção de 30% dos habitantes do campo, proporção quase quatro vezes maior do que a urbana, de 8%, segundo a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL). “Visto o quadro de depauperação, miséria e abandono em que se encontram os trabalhadores florestais ou rurais, o fato de repensar de valores representa uma mudança de paradigma social, importante para o desenvolvimento do setor”, avalia Giovana Baggio, engenheira florestal da TNC, em recente artigo que escreveu sobre o tema da certificação. O benefício social incorporado pelo trabalhador florestal estende-se para a sua família: “já não é surpresa ver donas-de-casa de vilas florestais se unirem na catação e separação do lixo doméstico de suas casas, na arrumação de seus jardins, na pintura das casas e na limpeza dos chuveiros coletivos”.

Para virar o jogo que está longe de acabar, o esforço atual é dar escala e abrangência social a práticas semeadas por ações empresariais isoladas e instrumentos de mercado, ainda restritos. Sem utopias, o que hoje é um diferencial de poucos poderia, quem sabe um dia, ser o padrão geral da sociedade e de todos os setores produtivos. O capitalismo chegou a limites e dá indícios de que se apruma para essas transformações, embora o tempo desta longa viagem ainda seja imprevisível. Existe uma luz. Por pequenas que sejam, rotinas já presentes em alguns quintais chegam, aos poucos, à dimensão das metrópoles. Nelas se concentram o poder de consumo e as principais decisões que influenciam o futuro da economia e das condições de vida na floresta. É um aprendizado contínuo. Edgar Morin, na obra “Os Sete Saberes Necessários à Educação do Futuro”, reflete sobre as bases da sustentabilidade e oferece pontos de reflexão que se alinham ao momento atual da convivência entre produção florestal e comunidades (1) Considerar os erros e as ilusões nas concepções; (2) Construir conhecimento pertinente, contextualizado e não fragmentado; (3) Reaprender a nossa condição humana; (4) Reconhecer a nossa identidade terrena; (5) Enfrentar as incertezas do conhecimento científico; (6) Ensinar a compreensão por meio do diálogo e do entendimento; (7) Discutir a ética do gênero humano.



CAPÍTULO 5

BANCO DE PROJETOS



Campanha Floresta é Vida

CMPC - CELULOSE RIOGRANDENSE

A Campanha Floresta é Vida faz parte das ações da Celulose Riograndense voltadas à comunidade escolar dos 39 municípios onde a empresa possui plantios de eucalipto. Trata-se de um programa com foco em educação ambiental que tem como objetivo incentivar as escolas na elaboração e execução de projetos que valorizem a responsabilidade social e ambiental e o envolvimento da comunidade escolar na busca de metas de interesse comum.

As Secretarias de Educação, de Agricultura, de Meio Ambiente e a Emater de cada município participante escolhem uma escola da rede pública para participar do programa. As escolas selecionadas recebem apoio técnico e financeiro da empresa para a elaboração e implantação dos seus projetos que, desde 2011, devem contemplar o tema “Melhoria de Pátios Escolares”, envolvendo

arborização, jardinagem, reciclagem de resíduos, produção de alimentos, criação de novos espaços para brincadeiras, solução de problemas ambientais, entre outras, de acordo com a realidade e potencial de cada pátio.

Originalmente, as escolas eram estimuladas a criar projetos com diferentes abordagens, como por exemplo, recuperação de margens de rios e riachos ou arborização em espaços públicos. E para tanto, recebiam mudas de árvores nativas. Uma ginca na entre todos os participantes premiava a escola vencedora com ferramentas ou materiais diversos para a implantação e manutenção do seu projeto. A partir de 2009, a campanha passou a seguir a metodologia proposta por Beatriz Fedrizzi, paisagista formada em Agronomia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, que trabalha com pátios escolares desde 1989. A análise dos resultados e as avaliações de cada campanha anual fizeram o programa evoluir para o seu atual formato, onde não há mais competição e todas as escolas recebem qualificação para implantar ou aprimorar seus projetos de melhoria dos pátios escolares.

Ao final de cada ano é realizado um encontro para relato e troca de experiências entre os envolvidos, que promove a melhoria contínua das ações e o aprimoramento da própria campanha.

Em 2011/2012 participaram da Campanha 20 escolas, totalizando aproximadamente seis mil pessoas envolvidas direta ou indiretamente, entre alunos, professores e comunidade. Nestes anos foram realizados monitoramentos que demonstraram mudanças significativas, como maior valorização e conservação do ambiente escolar e melhoria comportamental dos alunos. Ao longo da trajetória da campanha foram beneficiadas 110 escolas em 28 municípios, que mobilizaram ao todo 55 mil pessoas entre alunos, funcionários das escolas e comunidades.



Rochele Totta

ALUNOS AJUDAM A REVITALIZAR O PÁTIO ESCOLAR.

INFORMAÇÕES E CONTATO

www.celuloseriograndense.com.br

Telefone: 051 2139-7211 /7504

Carbono Social em Rede

CENTRO VIANEI DE EDUCAÇÃO POPULAR (ASSOCIAÇÃO VIANEI DE COOPERAÇÃO E INTERCÂMBIO NO TRABALHO, EDUCAÇÃO, CULTURA, E SAÚDE – AVICITECS)

O projeto Carbono Social em Rede visa o desenvolvimento sustentável da agricultura familiar, por meio da recuperação de áreas de relevância legal e ambiental e pela silvicultura de espécies nativas na região da serra catarinense, atuando principalmente nos municípios da Associação dos Municípios da Região Serrana. O projeto busca viabilizar a recuperação de áreas doando mudas de árvores nativas e realizando uma rede de adoção de árvores como forma de remuneração pelos serviços ambientais prestados pelos agricultores participantes do projeto. Além da recuperação de áreas, do ponto de vista de produção de madeira e produtos não madeireiros, o Centro Vianei apoia e elabora projetos de sistemas agroflorestais e de plantios comerciais com espécies nativas com destaque para a araucária (*Araucaria angustifolia*) e a bracatinga (*Mimosa scabrella*). O Carbono Social em Rede tem se mostrado uma excelente ferramenta para recuperação ambiental de propriedades da agricultura familiar. A forma de abordagem com visitas in loco, com parceria nas escolas do campo e esclarecimento desta parcela da população conjuntamente com a doação das mudas nativas e a possibilidade de remuneração pelos plantios tem tornado viável o início do processo de adequação ambiental das propriedades.

Com agentes Carbono Social em Rede agindo diretamente com os agricultores familiares criou-se um diálogo direto, o qual possibilitou repassar e fazer compreender a importância da manutenção das áreas de preservação permanente e de reserva legal em suas propriedades. A abordagem levou a um resgate cultural das espécies de importância para as comunidades e um fomento a seu plantio.

INFORMAÇÕES E CONTATO
www.carbonoemrede.org.br
 Telefone: 049 3222-4255

Fotos: Equipe Carbono Social em Rede



PLANTIO REALIZADO POR AGRICULTORES PREVÊ A REMUNERAÇÃO PELOS SERVIÇOS AMBIENTAIS.

Em números o projeto atingiu mais de 314 famílias que efetivamente aderiram e plantaram mudas em suas propriedades. No período de janeiro de 2011 a novembro de 2012 foram realizados cerca de 686 ha de plantios destinados à recuperação ambiental e 121 ha destinados a sistemas agroflorestais e/ou plantios de árvores nativas com fins comerciais totalizando aproximadamente 500.000 mudas.

Córrego para que te Quero

Protegendo a Biodiversidade em Parceria com a Comunidade Rural do MS

WCS BRASIL - ASSOCIAÇÃO CONSERVAÇÃO DA VIDA SILVESTRE

A WCS - Brasil em parceria com o Instituto Quinta do Sol e a colaboração de várias organizações da região, trabalha para proteger a biodiversidade da planície pantaneira e do planalto entorno.

O trabalho é realizado na bacia do alto Rio Taboco, Negro e Aquidauana e nos córregos e nascentes que formam estes rios no planalto entorno do Pantanal. O programa tem como objetivo manter os recursos naturais, a biodiversidade e os serviços ambientais e monitorar as condições ambientais de nascentes, córregos, rios e habitats aquáticos, fundamentais para a sustentação do equilíbrio ecológico.

Uma das atividades consiste em divulgar e capacitar produtores a usarem práticas comprovadamente rentáveis e sustentáveis. Trabalhamos junto às comunidades rurais fazendo diagnósticos das áreas degradadas, propondo e promovendo a recuperação e preservação dos mananciais e educando jovens e adultos sobre a importância dos corpos de água.

Os métodos utilizados incluem a promoção de oficinas, palestras e elaboração de material didático para agricultores e trabalhadores rurais, em práticas sustentáveis e a divulgação e capacitação em sistemas silvopastoris e de rotação de pastagens. Também são realizadas atividades de monitoramento dos corpos hídricos após adoção das práticas sustentáveis, envolvendo estudantes das escolas rurais na região, para que estes vivenciem, conheçam e valorizem os serviços ambientais. Junto fazemos restauração de áreas degradadas com plantio de mudas de espécies nativas envolvendo a comunidade rural.

INFORMAÇÕES E CONTATO

www.wcsbrazil.org
Alexine Keuroghlian
akeuroghlian@wcs.org
Telefone: 067 3388-6917

Alexine Keuroghlian



TRABALHO COM ALUNOS PROMOVE A RECUPERAÇÃO DOS MANANCIAIS DE ÁGUA.

Florestas e Comunidades: Harmonia Planejada

CENIBRA

Para a CENIBRA, a harmonia entre as operações do manejo florestal e o bem-estar das comunidades vizinhas é uma premissa básica para a sustentabilidade. É na fase de planejamento das florestas que a interação do manejo com as comunidades pode ser melhor avaliada, entendida e conduzida.

Para tanto, a empresa desenvolveu e utiliza uma ferramenta denominada Planejamento Técnico, Econômico, Ambiental, Social e de Saúde e Segurança (PTEAS) que, com um olhar sobre a paisagem e a bacia hidrográfica, possibilita que os vários aspectos associados ao manejo florestal sejam analisados para antever e gerenciar impactos ambientais, conflitos sociais e riscos à saúde e segurança do trabalhador e das comunidades.

O primeiro passo consiste em uma análise da paisagem que permite a identificação prévia das possíveis interações entre as atividades da empresa e os atributos dessa paisagem. Após esta análise, um grupo multidisciplinar vai a campo para avaliar detalhadamente todos os aspectos e necessidades de cada área operacional e das comunidades, quando são definidas, em consenso, as ações para uma atuação harmoniosa.

No contexto social, as análises de campo subsidiaram a elaboração de um plano de trabalho para atuação junto aos vizinhos e populações que integram com o manejo florestal. Este plano considera desde comunicações sobre a realização das atividades e respectivos riscos e impactos, as propostas para eliminação e mitigação destes impactos, até os aspectos positivos, como por exemplo, as melhorias em estradas e pontes utilizadas pela comunidade.

As comunidades são ouvidas e participam das decisões podendo legitimar a proposta de atuação da empresa. Por meio de um programa de comu-

nicação, quaisquer desvios em relação ao termo proposto podem ser comunicados pelas partes interessadas à empresa. Quando isso ocorre, um registro é sistematizado garantindo que ocorram tratativas do desvio até uma validação final pela parte reclamante.

Antônio Claret de Oliveira Neves



**A INTEGRAÇÃO COMUNITÁRIA É UMA DAS
PREMISSAS DO TRABALHO LOCAL.**

INFORMAÇÕES E CONTATO

www.cenibra.com.br
cenibranews@cenibra.com.br
Telefone: 0800 283 3829

Florestas Sustentáveis

ASSOCIAÇÃO DE PRESERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE E DA VIDA - APREMAVI

A necessidade de mudança no sistema de produção atual e a perspectiva de geração de renda associada com a conservação ambiental, apresentada por agricultores familiares, deu início ao projeto “Florestas Sustentáveis” desenvolvido pela Associação de Preservação do Meio Ambiente e da Vida (Apremavi).

O projeto tem como objetivo promover o uso sustentável dos recursos naturais através do planejamento de propriedades rurais e a implantação de sistemas agroflorestais, proporcionando incremento na geração de renda dos agricultores familiares

envolvidos no projeto, através do aproveitamento de flores, frutos e sementes de espécies florestais nativas, consorciado com a estruturação da cadeia produtiva para a cultura da erva-mate.

Os atores envolvidos são agricultores familiares, residentes em Santa Catarina, nos municípios de Santa Terezinha e Vitor Meireles, que tem na fumi-cultura sua principal atividade, mas estão buscando uma maneira de substituir esta atividade, por uma mais sustentável. Vários deles já desenvolvem diversos trabalhos de restauração florestal em suas propriedades em parceria com a Apremavi. A ocorrência natural da erva-mate é comum na região assim como a prática de extração da mesma para o comércio, entretanto a produção enfrenta problemas por conta do manejo inadequado da espécie e por falta de comércio justo para o produto.

Desde 2012 a Apremavi atua como articuladora/facilitadora do projeto, sendo os agricultores envolvidos os protagonistas do processo, assumindo diversas responsabilidades pelo sucesso do mesmo. O envolvimento familiar (homens, mulheres e jovens) é pré-requisito em todas as etapas do projeto e diversas lideranças estão sendo identificadas durante as reuniões de mobilização, contribuindo para o sucesso do trabalho coletivo.

Atualmente o apoio financeiro é proveniente do Fundo Socioambiental Casa e conta com apoio técnico de parceiros locais.



Edilaine Dick

INFORMAÇÕES E CONTATO

www.apremavi.org.br

Edilaine Dick

edilaine@apremavi.org.br

Leandro da Rosa Casanova

leandro@apremavi.org.br

ou info@apremavi.org.br

Telefone: 047 3535-0119

DIA DE CAMPO SOBRE PLANTIO E COLHEITA
DE ERVA-MATE.

Futuro para o Desenvolvimento Sustentável do Parque das Neblinas

INSTITUTO ECOFUTURO

O Parque das Neblinas é uma reserva privada gerenciada pelo Instituto Ecofuturo. Vizinho ao Parque Estadual Serra do Mar, entre os municípios de Mogi das Cruzes e Bertioga (SP), encontra-se em região declarada Patrimônio da Humanidade pela Unesco, sendo reconhecido como Posto Avançado da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica.

Instituto Ecofuturo: Organização não governamental focada na promoção da educação para a sustentabilidade. Sua atuação visa contribuir para a qualificação de políticas públicas e do investimento social privado. Criado em 1999 e mantido pela Suzano Papel e Celulose, é classificado como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público.

No interior da Fazenda Sertão dos Freires, propriedade da Suzano Papel e Celulose, abriga uma exuberante área de Mata Atlântica em diferentes estágios de restauração.

Ecofuturo



O objetivo do Parque das Neblinas é desenvolver modelos de gestão que possam servir de referência para outras áreas naturais, priorizando a aliança com a comunidade do entorno como estratégia regional de conservação. Além de ações voltadas à restauração, conservação e manejo florestal, o Parque já recebeu mais de 25 mil visitantes em seu Programa de Visitação e Educação Ambiental.

Parcerias com universidades e ONGs permitem a ampliação do conhecimento sobre a Mata Atlântica: mais de 40 trabalhos de pesquisa foram realizados. Além de contribuir para a proteção da bacia do rio Itatinga, o atual nível de conhecimento aponta para a presença de pelo menos quatro espécies ameaçadas cuja conservação conta com Planos de Ação Nacionais específicos: o muriqui, o acauã, a onça-parda e a onça-pintada.

O Ecofuturo vem compartilhando a expertise acumulada nos mais de dez anos de gestão do Parque das Neblinas por meio do Programa Reservas Ecofuturo, ajudando a ampliar os esforços e a escala de conservação no país. Nove projetos já foram realizados, incluindo unidades de conservação públicas e privadas em cinco estados brasileiros.

PARQUE DAS NEBLINAS ABRE AS PORTAS PARA A COMUNIDADE

INFORMAÇÕES E CONTATO

www.ecofuturo.org.br/parque-neblinas

parquedasneblinas@ecofuturo.org.br

Telefones: 011 4724-0555 /0556

Pagamento por Serviços Ambientais

Programa Produtor de Água

THE NATURE CONSERVANCY

O programa Produtor de Água visa promover o desenvolvimento e o engajamento de comunidades rurais através do Pagamento por Serviços Ambientais (PSA), incentivando assim a conservação e restauração de matas ciliares. O Programa foi desenvolvido pela Agência Nacional de Água e busca incentivar a política de pagamento por serviços ambientais, da teoria a prática. O objetivo do programa é proteger e reflorestar matas nativas e Áreas de Preservação Permanente (APPs) de forma a conservar

os recursos hídricos, reduzir a erosão, aumentar a infiltração e conservar áreas com cobertura vegetal.

No programa ocorre a prática do pagamento por serviços ambientais (PSA) aos provedores destes serviços, através da implementação de ações específicas em suas propriedades. As modalidades de ação são: conservação das florestas existentes, restauração florestal em áreas importantes para a produção de água e a implementação de ações de conservação do solo que visam favorecer a qualidade de água dos rios da região e evitar o seu assoreamento. Os projetos são implementados através de parcerias com governos, comitês de bacias, empresas e ONGs.

Abaixo segue o resumo do Projeto Conservador das Águas - Bacia Hidrográfica dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiá (PCJ). Iniciado no ano de 2005, o projeto é liderado pela Prefeitura Municipal de Extrema-MG e tem como parceiros, além da TNC, a Agência Nacional de Água (ANA), o Instituto Estadual de Florestas (IEF), a SOS Mata Atlântica e o Comitê da Bacia Hidrográfica do PCJ.

Projeto pioneiro no Brasil foi responsável pela divulgação do conceito de PSA, inspirando outras iniciativas. Está localizado nas cabeceiras da bacia do PCJ, no estado de Minas Gerais, região que abastece o Sistema Cantareira, e no estado de São Paulo, sendo esse sistema o responsável pelo abastecimento de 8,8 milhões de pessoas na região metropolitana de São Paulo.

A TNC presta apoio técnico no desenvolvimento do projeto e é responsável pelo apoio técnico e financeiro para as ações de restauração florestal. Atualmente o projeto abrange 96 propriedades nas quais mais de 370 ha estão contabilizados para o processo de restauração ecológica até 2013. Já foram realizados pagamentos de serviços ambientais a produtores rurais, somando-se 1 milhão de reais.

Andre Targa Cavassani



A RESTAURAÇÃO FLORESTAL CONTRIBUI PARA A PRODUÇÃO DE ÁGUA.

INFORMAÇÕES E CONTATO

www.portugues.tnc.org

Gilberto Tiepolo
gtiepolo@tnc.org

Piaçava Sustentável

CONSERVAÇÃO INTERNACIONAL (CI-BRASIL) E IBIO

As fibras da piaçaveira (*Attalea funifera*) são extremamente resistentes e duradouras e são aproveitadas em uma grande diversidade de usos. O desconhecimento sobre a disponibilidade real da piaçava nos remanescentes florestais da região, a falta de capacitação e treinamento para as atividades extrativistas, a ausência de planos de manejo sustentável, bem como a tradição em comercializar a fibra em seu estado bruto ou apenas pré-processado, com reduzido valor agregado, resultam numa equação perversa, cujo resultado é a escassez do recurso, perturbações nos remanescentes florestais e o comprometimento da qualidade de vida das famílias que dele dependem.

Em virtude desse contexto, o projeto Piaçava Sustentável surgiu em 2005, visando o estabelecimento de estratégias de manejo sustentável de remanescentes florestais com alta importância biológica, a partir do desenvolvimento de cadeias produtivas que agregaram valores econômico, social e ambiental ao trabalho das comunidades locais. O projeto foi desenvolvido por diversos parceiros, entre eles a Conservação Internacional (CI-Brasil), com a liderança do IBIO. Entre os vários doadores destaca-se a Citi Foundation.

Num prazo de dois anos, com o envolvimento de comunidades locais e, sobretudo, com a Associação de Mulheres Artesãs de Ponto Central, do município de Santa Cruz Cabralia, promoveu-se o manejo extrativista, em bases sustentáveis, da fibra e dos frutos da piaçaveira. A iniciativa contribuiu para a melhoria da renda familiar, para a sustentabilidade dos recursos florestais não-madeireiros, especialmente a piaçava, e para a proteção de remanescentes florestais com alto valor para conservação da biodiversidade.

O Citibank também firmou contrato com a Associação de Mulheres Artesãs de Ponto Central para o fornecimento de 43.200 peças de artesanato de piaçava (bombonieres) que foram enviadas aos clientes de cartão de crédito do banco como presente de aniversário.

O trabalho mudou a vida das artesãs na época, em média, cada uma das 37 artesãs envolvidas no projeto recebeu uma renda mensal de cerca de R\$ 600,00. Houve casos de artesãs que receberam mais de R\$ 1,5 mil em um mês. Os benefícios foram além da inserção destas mulheres na economia. Elas se aperfeiçoaram como artesãs por meio de cursos de capacitação. Ganharam não só uma melhoria na qualidade de vida, mas também autoestima, o respeito e o reconhecimento da comunidade.

Projeto Piaçava Sustentável



PRODUTOS ARTESANAIS FEITOS COM FIBRAS DE PIAÇAVEIRA.

INFORMAÇÕES E CONTATO

Site da Rede de Artesãos da Costa do
Descobrimento: www.racd.com.br/site/

Beto Mesquita

c.mesquita@conservacao.org

Telefone: 021 9361-3312

Marcele Bastos

m.bastos@conservacao.org

Telefone: 031 3261-3889

Rodrigo Borges

rodrigo@ibio.org.br

Telefone: 073 3288-5302

Planejamento Estratégico da Paisagem e Articulações Socioambientais para as Ações de Restauração Florestal

O exemplo da bacia hidrográfica do Rio Paraíba do Sul – Porção Paulista

ASSOCIAÇÃO CORREDOR ECOLÓGICO DO VALE DO PARAÍBA (ACEVP)

A Associação Corredor Ecológico do Vale do Paraíba (ACEVP) tem como missão estimular e contribuir na conservação/restauração da Mata Atlântica, na porção paulista da bacia hidrográfica do rio Paraíba do Sul, reconectando os remanescentes florestais da Serra do Mar à Serra da Mantiqueira.

A bacia é considerada uma das mais importantes do Brasil. Localizada no eixo RJ-SP, por ela circulam aproximadamente 55% do PIB brasileiro. Suas águas suportam toda atividade urbana, industrial e agrícola da porção paulista do Vale e, por meio da transposição de suas águas pelo Sistema Guandu, abastecem a região metropolitana do RJ (10 milhões de habitantes).

O projeto da ACEVP está localizado na porção paulista do Vale do rio Paraíba do Sul, que não somente abriga grande parte dos remanescentes florestais de Mata Atlântica, mas que também possui extensas áreas com fragmentos isolados de diferentes dimensões e baixa conectividade. O planejamento estratégico da paisagem é a oportunidade de orientar e potencializar atividades sustentáveis. Isto é proposto por meio de ações de restauração florestal integradas às dinâmicas sociais que sejam capazes de promover o desenvolvimento socioeconômico, valorizando a cultura regional e o protagonismo local.

As áreas de reflorestamento possuem uma importância significativa na região, devido ao grande número de fazendas de eucalipto. Por outro lado,

Carolina Ferreira



AÇÃO DE REFLORESTAMENTO NA BACIA DO RIO PARAÍBA DO SUL.

Muitas vezes, estas fazendas de eucalipto possuem fragmentos de mata nativa (reservas legais e APPs) ligados às plantações. Neste aspecto, estas áreas constituem um grande e poderoso aliado na formação de corredores quando analisamos as áreas de silvicultura, fora dos seus domínios e no contexto da paisagem.

A ACEVP elencou alguns critérios de elegibilidade para selecionar as áreas prioritárias para as ações de reflorestamento: alto potencial hídrico, regiões com baixa conurbação urbana e baixa densidade de estradas nos seus arredores, não competir com outras atividades econômicas, solo com características que favorecem práticas de plantio com menores custos, proximidade com grandes fragmentos de remanescentes da Mata Atlântica em bom estado de conservação, utilização das áreas de APP e RL das fazendas próprias e arrendadas da Fibria e Suzano como “step stone” no processo de conexão com os fragmentos regionais.

INFORMAÇÕES E CONTATO
www.corredorecologico.org.br
contato@corredordovale.org.br

Programa Aprendendo com a Árvore – Paca

MWV RIGESA

Programa de educação ambiental que trabalha, desde 1995, com treinamento e auxílio aos professores de ensino fundamental e médio, contribuindo na concepção, desenvolvimento e aplicação de projetos ambientais escolares. Atende 18 municípios das regiões do Planalto Norte de Santa Catarina e do Sul do Paraná, envolvendo mais de 190 escolas e atingindo cerca de 50 mil alunos.

Ao longo dos seus 18 anos de atuação, o PACA passou por adequações e, atualmente, a metodologia de trabalho busca a construção de conceitos práticos e não está restrita a sugerir procedimentos pedagógicos de sala de aula. Muito embora o direcionamento teórico inicial ainda seja a base para o desenvolvimento da educação ambiental, ao invés de ditar os procedimentos de atuação das escolas participantes, o PACA estimula que os próprios alunos e professores desenvolvam suas ações, de acordo com as realidades enfrentadas no dia a dia.

Objetivos: conscientizar professores, crianças e adolescentes para a prática de ações que preservem o meio ambiente; auxiliar na inserção de conceitos de educação ambiental nos currículos peda-

gógicos das escolas; e influenciar comunidades e políticas públicas, procurando mudar a realidade ambiental da região.

Resumidamente o PACA realiza as seguintes atividades:

a) Curso de capacitação de professores – Capacitação anual em educação ambiental para educadores das escolas participantes.

b) Apoio à implantação e condução dos projetos – Cada escola realiza projetos ambientais, de acordo com as ideias dos professores e alunos, recebendo auxílio para elaboração e implantação.

c) Fornecimento de materiais de apoio aos projetos – A escola participante recebe apoio na aquisição de materiais de consumo para aplicação no desenvolvimento do projeto.

d) Socialização do conhecimento adquirido – As escolas participantes realizam exposições, fóruns, seminários, campanhas, matérias em jornais, gincanas e concursos com temas ambientais, divulgando as ideias e projetos para a comunidade e para as outras escolas.

e) Extensão escolar – As escolas participantes têm à disposição uma Trilha Ecológica e um Centro de Educação Ambiental; realizam visitas na área industrial, para conhecer práticas ambientalmente corretas; e recebem apoio para implantar uma CIPA (Comissão Interna de Prevenção Ambiental) no ambiente escolar, formada por alunos e professores.



MWV Rigesa

ESCOLA REALIZA VISITA À TRILHA ECOLÓGICA DO PACA.

INFORMAÇÕES E CONTATO

www.mwvrigesa.com

Eduardo Mota (eduardo.mota@mwv.com) ou

Nizio Zibeti (nizio.zibeti@mwv.com)

Telefones: 047 3621-5494/5493

Programa de Desenvolvimento Rural Territorial (PDRT)

FIBRIA CELULOSE S.A.

A Fibria é uma empresa de base florestal que atua em sete estados brasileiros, onde estão suas fábricas, plantios de eucalipto, áreas de conservação e propriedades de produtores autônomos de madeira com os quais mantém contratos de fornecimento de matéria-prima para a celulose. A empresa possui, portanto, uma grande diversidade de relacionamentos com comunidades, tradicionais ou não, que são impactadas principalmente por suas atividades florestais.

O PDRT é o mais importante recurso de engajamento com comunidades rurais vizinhas. Por meio dele, o processo de tomada de decisão passa a privilegiar e valorizar o protagonismo de toda a comunidade, o

desenvolvimento de lideranças, a construção de capital social e o resgate da cidadania e da autoestima.

A principal característica de inovação do programa é a construção de um processo de diálogo com metodologias e ferramentas participativas. Com o propósito de qualificar esse diálogo, optou-se por criar de forma compartilhada projetos de desenvolvimento local focados no apoio a cadeias produtivas. Partiu-se do princípio de que, ao se incentivar a organização de cadeias produtivas, também seria possível fortalecer e qualificar os arranjos sociais locais e permitir que seus membros acumulassem vivências que os capacitassem a coordenar e definir modelos de desenvolvimento comunitário adequado a suas realidades.



Fibria

Em sua fase atual, o Programa contou com um orçamento de R\$ 5,7 milhões, atingindo em 2012 24 comunidades em 5 municípios e beneficiando diretamente 927 famílias. Os objetivos do PDRT são:

- Capacitar as comunidades para equacionar suas demandas sociais acessando as políticas públicas adequadas;
- Possibilitar o acesso a metodologias e tecnologias produtivas de baixo impacto ambiental;
- Investir na estruturação de cadeias produtivas inclusivas;
- Aumentar a renda média per capita das famílias diretamente atendidas pelo Programa.

AGRICULTORES PARTICIPAM DO PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO RURAL TERRITORIAL.

INFORMAÇÕES E CONTATO

www.fibria.com.br

comunicacaofibria@fibria.com.br

Telefone: 011 2138-4000

Os principais impactos do PDRT foram à qualificação do diálogo sobre demandas por terra de algumas comunidades e a redução do isolamento de algumas comunidades. Em função da construção compartilhada de alternativas de desenvolvimento, a Fibria já transferiu, em regime de comodato, 1.530 hectares para uso agrícola na Bahia e no Espírito Santo.

Programa de Educação Ambiental “Casa da Natureza”

NOVO PRIMA AGRO FLORESTAL LTDA / EUCATEX FLORESTAL

O Programa de Educação Ambiental “Casa da Natureza” ocorre em parceria com as prefeituras e atende principalmente as escolas da rede pública da região de atuação da empresa, recebendo também alunos de cursos técnicos, de universidades, funcionários próprios e terceiros, escoteiros e ONGs.

Entre os objetivos do programa destacam-se o desenvolvimento e a disseminação de conceitos sobre a preservação do meio ambiente, a importância do manejo correto das florestas plantadas e a colaboração na formação dos educadores, para que possam trabalhar as questões ambientais dentro e fora do ambiente escolar.

As atividades do programa são desenvolvidas em um centro de visitação localizado na fazenda Santa Terezinha, no município de Bofete-SP. O centro “Casa da Natureza” foi preparado para proporcionar aos visitantes, por meio de atividades lúdicas e educativas, uma visão geral dos ecossistemas da região, noções sobre a composição da fauna e flora do local e sobre a importância da manutenção da biodiversidade, além de informações sobre a importância do eucalipto como matéria-prima de produtos de base florestal e sua contribuição na geração de emprego e renda para as comunidades vizinhas. Os visitantes tem também a oportunidade de conhecer o viveiro de produção de mudas da empresa, e participar das atividades em trilhas interpretativas que passam por trechos de florestas plantadas, onde é apresentado o sistema de manejo florestal adotado pela empresa, e em trechos de reservas naturais, ricas em mananciais d’água

Marcio Tadeu Meikem



ALUNOS EM ATIVIDADE PEDAGÓGICA NO
“CENTRO CASA DA NATUREZA”.

e em biodiversidade. Geralmente após essas atividades são organizados jogos interativos e cooperativos e plantios de árvores nativas nas bordas dos fragmentos florestais.

Em 2004 foram ministrados os primeiros cursos de Capacitação em Educação Ambiental para Educadores. O investimento na formação dos educadores reflete na melhoria dos conteúdos ministrados em sala de aula e consequentemente em melhores aulas práticas.

O programa comemorou 10 anos em 2009, com a marca de 20.000 visitantes e a capacitação de mais de 350 educadores, sendo que em 2010, foi premiado como um dos melhores casos na Gestão Socioambiental Corporativa. Desde o seu início já foram recebidos mais de 30.000 visitantes em 900 visitas.

INFORMAÇÕES E CONTATO

www.eucatex.com.br/pt/Sustentabilidade/Desempenho.aspx

Programa de Geração de Renda Ligado à Agricultura Comunitária

SUZANO PAPEL E CELULOSE

Um dos focos da atuação social da Suzano são ações com o objetivo de garantir a geração de renda nas comunidades de convivência sob influência de seu manejo florestal. O programa Agricultura Comunitária acontece nos estados do Maranhão, Espírito Santo, Bahia, Piauí e Tocantins. Em 2012 foram beneficiadas 1240 famílias, em 24 municípios.

O programa promove a organização produtiva e a valorização da agricultura familiar, utilizando diferentes técnicas de produção adequadas para cada região, tais como campos agrícolas e agricultura mandala.

A mobilização das comunidades ocorre através de um diálogo, no qual é explicado como é a dinâmica de funcionamento do programa. As famílias recebem capacitação em técnicas de plantio, nutrição, empreendedorismo, apoio para regularização das associações e comercialização da produção, além de contar com assistência técnica e insumos para implantação e manutenção da produção. Em algumas regiões, a Suzano cede suas áreas para implantação do programa e, em outras, a área da comunidade ou do agricultor é aproveitada. São utilizadas duas técnicas:

- **Sistema agro sustentável:** também conhecido como mandala, é uma estrutura de produção consorciada de plantas e animais que garantem a subsistência familiar, além de favorecer a produção de excedente. É composto por estruturas circulares de produção de alimentos formada por anéis concêntricos que tem no centro um espelho de água de onde parte o sistema de irrigação. Galinhas, patos e peixes, entre outras espécies, e uma diversidade de plantas dispostas estrategicamente convivem em uma área comum, formando um sistema interativo e autossustentável.

- **Campos agrícolas:** introdução de campos comunitários de formação agrícola, incluindo assistência técnica, análise do solo, seleção de sementes, calagem e adubação e tratamentos culturais para o plantio consorciado de feijão, milho, arroz e mandioca.

Alguns resultados: a comunidade de Capão, no Maranhão, produziu 3.6 ton/ha de milho e 1.4 ton/ha de feijão em 2012, a região de Urbano Santos, também no Maranhão, produziu 2 toneladas de mandioca por família/ano. Na Bahia, a renda mensal obtida com a venda do excedente da produção foi, em média, R\$ 500.



AGRICULTURA COMUNITÁRIA GERA RENDA PARA A COMUNIDADE.

INFORMAÇÕES E CONTATO

<http://www.suzano.com.br/portal/suzano-papel-e-celulose/relatorio-de-sustentabilidade.htm>

Rebeca

rknijnik@suzano.com.br

Programa Gigante Guarani

REDE ECÓTONO DA CUESTA ATRAVÉS DO INSTITUTO ITAPOTY

O Programa Gigante Guarani foi concebido em 2008 pela Rede Ecótono da Cuesta, uma articulação interinstitucional com atuação conjunta motivada pela necessidade de estabelecer estratégias regionais de desenvolvimento sustentável e humano tendo como foco a melhoria da qualidade de vida da população e a conservação e recuperação dos ambientes naturais da região da Cuesta Paulista no interflúvio dos rios Tiete e Paranapanema.

Instituições executoras e parceiras do Programa Gigante Guarani 2012/2013:

Instituto Itapoty; Instituto Giramundo Mutuando; Fundação de Estudos e Pesquisas Agrícolas e Florestais (FEPAF); Fundação do Instituto de Biociências (FUNDBIO); Centro de Estudos Ambientais (UNESP/Rio Claro); Unesp/Ourinhos; Faculdade de Ciências Agrônômicas (Unesp/Botucatu); Prefeituras Municipais de Bofete, Botucatu, Itatinga e Pardinho; Fundo Estadual dos Recursos Hídricos - FEHIDRO.

O programa é composto por eixos de atuação que vão desde a Educomunicação e Políticas Públicas até a Extensão Rural Agroecológica, Diagnóstico e Adequação Ambiental. Com essa base foram elaborados projetos, alguns em execução.

Projetos do Programa Gigante Guarani

a) Gigante Guarani: Projeto executado com financiamento da WWF-Brasil em 2006 que foi uma das bases de elaboração do programa.

b) Atlas da Cuesta: livro que disponibiliza de maneira simples e dinâmica informações sobre a região da Cuesta, nas áreas ambiental, cultural, social e histórica, distribuído para as escolas públicas e bibliotecas (financiado pelo Fundo de Defesa dos Direitos Difusos – Ministério da Justiça).

Instituto Giramundo Mutuando



RODA DE CONVERSA PARA DIAGNÓSTICO DE ADEQUAÇÃO AMBIENTAL.

c) Gigante Guarani, Semeando Água e Cuesta Guarani: Três projetos em execução nas UGRHs dos rios Sorocaba e Médio Tiete, Alto e Médio Paranapanema que tem como foco a extensão rural agroecológica e adequação ambiental de propriedades rurais. (Financiados pelo FEHIDRO-São Paulo).

A busca de novas parcerias e oportunidades de financiamento são atividades constantes da rede para dar continuidade à execução do programa. Atualmente ele está em processo de captação de recursos na Bolsa de Valores Socio Ambientais (www.bvsa.org.br/projeto/5/gigante-guarani-inclusao-social-recuperacao-de-nascentes-e-manejo-agroecologico).

INFORMAÇÕES E CONTATO

Instituto Itapoty

www.itapoty.org.br

itapoty@itapoty.org.br

Instituto Giramundo Mutuando

www.mutuando.org.br

rodrigo@mutuando.org.br

Programa Plante Bonito

INSTITUTO DAS ÁGUAS DA SERRA DA BODOQUENA – IASB

O Plante Bonito é um programa voltado à recuperação florestal da região da Serra da Bodoquena, Mato Grosso do Sul, onde as mudas utilizadas nos plantios são patrocinadas por empresas de diversos ramos e também por pessoas físicas e escolas.

A parceria promovida pelo Plante Bonito entre a sociedade civil organizada, a iniciativa privada, proprietários de terra e a comunidade estudantil está possibilitando o reflorestamento de áreas desmatadas da região, principalmente matas ciliares,

conservando os recursos hídricos e, consequentemente, a manutenção da biodiversidade.

Em ação desde 2007, além dos benefícios à natureza, o programa tem melhorado o conceito que as empresas participantes têm no mercado e na opinião pública. Seus clientes sabem que estão contribuindo, ainda que indiretamente, com a conservação dos recursos naturais de Bonito e região.

Os resultados também são positivos para os produtores rurais, que através do Plante Bonito, têm a oportunidade de recompor suas matas ciliares e áreas degradadas com custos reduzidos, onde o produtor se responsabiliza apenas por cercar a área de plantio. Outro aspecto positivo do programa é a promoção de ações educativas com membros da comunidade bonitense, pois ao envolvê-los nos plantios são transmitidas atitudes ambientalmente corretas, sensibilizando-os para cooperar com a manutenção e conservação do lugar onde vivem.

Em 2010 o programa elaborou uma metodologia própria para quantificar emissões de carbono de atividades empresariais, eventos, viagens e publicações, realizando o plantio de mudas para reduzir os efeitos das emissões do CO₂. É a única organização não governamental do estado a prestar este tipo de serviço. O Plante Bonito é um dos mais amplos programas participativos do IASB para a recuperação de áreas privadas, visando à conservação dos recursos hídricos e da biodiversidade de Bonito e região.

Liliane Lacerda



Aratur



PLANTIO DE NATIVAS NA SERRA DA BODOQUENA.

INFORMAÇÕES E CONTATO

www.iasb.org.br / Blog do projeto:

www.plantebonito.blogspot.com

Para calcular emissões de viagens acesse o link: www.iasb.org.br/calculadora

Liliane Lacerda

iasb@iasb.org.br

Telefone: 067 3255-1920

Programas de Integração com a Comunidade em SC

CELULOSE IRANI

A Celulose Irani, empresa do setor de papel para Embalagens e embalagem de papelão ondulado, desenvolve um programa de Educação Ambiental voltado para colaboradores, escolas, universidades, clientes, fornecedores e comunidades do entorno. Entre 2006 e 2012 envolveram-se mais de 20 mil pessoas de 14 municípios da região onde a empresa mantém suas áreas florestais em SC.

Fotos: Irani



O programa é composto por ações realizadas durante o ano, enfatizando datas comemorativas como o Dia da Água, Semana do Meio Ambiente, Dia da Árvore e Dia do Rio. Essas ocasiões são celebradas com atividades educativas que visam despertar nos envolvidos, hábitos e atitudes sustentáveis. São realizadas palestras, caminhadas ecológicas, visita ao viveiro florestal, plantio de mudas nativas, jogos e outras atividades.

PREPARAÇÃO PARA O JOGO EDUCATIVO.

Para as caminhadas ecológicas, a Unidade Florestal mantém a Trilha dos Xaxins, local onde podem ser avistados muitos exemplares dessa espécie. No trajeto de 2.300m, é possível ver nascentes, córregos, vegetação nativa, pequenos animais e toda a beleza da Mata Atlântica. Durante o percurso os participantes recebem informações sobre o equilíbrio do ecossistema, cadeia alimentar, sucessão ecológica, mata ciliar e a conservação das espécies nativas, especialmente as ameaçadas de extinção. No viveiro da empresa são produzidas mudas de espécies nativas como araucária, e imbuia, destinadas principalmente à recuperação e enriquecimento de florestas nativas, e doações em atividades socioambientais realizadas pela empresa nas comunidades do entorno.



PRODUÇÃO DE MUDAS DE ARAUCÁRIA NO VIVEIRO DE NATIVAS DA EMPRESA.

A IRANI estimula também o reflorestamento para assegurar o fornecimento de madeira necessário para o negócio, integrar os proprietários de terra da região e proporcionar uma alternativa de renda para quem se tornar parceiro na ação. Nesse programa a Empresa mantém cerca de 3.200 hectares plantados em parceria com 66 proprietários de diversos municípios da região.

INFORMAÇÕES E CONTATO

www.irani.com.br

Janete

janetescalcon@irani.com.br

ou Heloise

heloiselebuchen@irani.com.br

Telefone: 049 3548-9000

Projeto Casa Viva

Casa Ecológica como Instrumento de Educação Ambiental

ONG GATO DO MATO

O Projeto Casa Viva é iniciativa de uma família que reside atualmente em Caçador/SC numa Casa Ecológica que foi construída em 2008 para ser utilizada como ferramenta de educação ambiental para crianças e adultos.

Fotos Kátia A. R. Fuchs



ALUNOS VISITAM CASA ECOLÓGICA E CONVERSAM SOBRE SUSTENTABILIDADE.

INFORMAÇÕES E CONTATO

www.casaviva.eco.br
Kátia A. R. Fuchs
 Kátia@casaviva.eco.br
 Telefone: 049 9913-2913

A casa sede do Projeto Casa Viva incorpora, desde seu projeto, elementos essenciais para o viver sustentável e para ensinar – pelo exemplo – como é possível viver aliando plasticidade e praticidade, o antigo (uso de barro pra construção) e o novo (lâmpadas LED, etc), o confortável e o saudável de modo bastante econômico. Todos os materiais empregados na construção e na manutenção da casa passam pela Análise do Ciclo de Vida (ACV) a fim de incorporar os materiais mais sustentáveis.

Alunos de diversas escolas, universidades e outras instituições da região já visitaram a Casa e assistiram palestras sobre a Casa Sustentável, coleta da água da chuva, tratamento biológico de efluentes, reutilização de materiais descartados, design passivo para aproveitamento de luz natural e eficiência energética, utilização de resíduo orgânico em pequenas hortas, entre outros assuntos.

Além das palestras sobre a Casa Ecológica, para o ano de 2013, alguns projetos estão em desenvolvimento. Entre eles estão:

- **Horta dos Sentidos:** uma oportunidade de plantar, cuidar e colher alimentos orgânicos, aprender sobre a importância da diversidade, do lapso temporal entre plantar e colher e da responsabilidade de cuidar da horta e de não desperdiçar alimentos;
- **Trilha das Aventuras:** está sendo instalada uma trilha ecológica que servirá para mostrar o processo de recomposição e desenvolvimento de um habitat natural;
- **Cursos e workshops** de construção com terra, bambu, construção de cisternas de ferrocimento para coleta da água chuva, entre outras técnicas de bioconstrução e permacultura;
- **Espaço para parceiros e voluntários** que queiram desenvolver atividades do Projeto.

Projeto OÁSIS – Brumadinho (MG)

AMDA E A FUNDAÇÃO GRUPO BOTICÁRIO

A Associação Mineira de Defesa do Ambiente (Amda) e a Fundação Grupo Boticário, com apoio financeiro do Ministério Público Estadual, iniciaram em 2012 a implantação do Projeto Oásis Brumadinho, que tem como objetivo principal desenvolver modelo em premiação de proprietários rurais por serviços ambientais gerados em suas áreas, através do mecanismo de Pagamento por Serviços Ambientais - PSA.

O PSA é até o momento a única ferramenta de ação que prevê compensação financeira para proprietários rurais que protejam a biodiversidade e recursos hídricos em suas propriedades.

A região, onde está sendo desenvolvido o projeto, situa-se nas áreas de influência das serras da Moeda e dos Três Irmãos, tendo o Parque Estadual da Serra do Rola Moça como ponto central. Apesar de estar há pouco mais de 40 km da capital mineira, abriga ainda remanescentes valiosos de Mata Atlântica e é rica em mananciais, graças principalmente à presença da Serra da Moeda que separou as bacias do rio das Velhas e Paraopeba, isolando durante anos o município de Brumadinho.

O projeto consiste nas seguintes etapas: cadastramento de proprietários rurais, análise da situação fundiária, seleção de propriedades aptas a serem contratadas de acordo com os critérios ambientais e fundiários, visita às áreas para valoração ambiental, mapeamento e assinatura do termo de compromisso e contratação.

Foram cadastradas aproximadamente 120 propriedades rurais nas sub-bacias dos ribeirões Casa Branca e Piedade e, dessas, oito encontram-se em processo de negociação para contratação. O coordenador do projeto, Francisco Mourão Vasconcelos, informa que as maiores dificuldades estão na ausência ou insuficiência de documentos das propriedades e resistência de proprietários

mais antigos, que olham a iniciativa com desconfiança, bem à tradição mineira.

As instituições envolvidas esperam que o Projeto Oásis auxilie no desenvolvimento de mecanismos para implantação de PSAs e na proteção de remanescentes de áreas naturais relevantes no país.

Rafaela Noronha



RIACHO DO PARQUE ESTADUAL
DA SERRA DO ROLA MOÇA.

INFORMAÇÕES E CONTATO

www.amda.org.br
imprensa@amda.org.br
Telefone: 031 3291-0661

Projeto Sementinha na Aldeia

REDE AMBIENTAL DO PIAUÍ - REAPI

Quando a equipe da Rede Ambiental do Piauí (REAPI) iniciou o Projeto de Educação Ambiental "Sementinha na Aldeia", promovido pela Suzano Papel e Celulose, realizado em seis dos municípios de atuação da empresa na grande Teresina (Demerval Lobão, Curralinhos, Lagoa do Piauí, Monsenhor Gil, Nazária e Palmeirais), sabia que teria grandes desafios pela frente, devido ao desconhecimento da

silvicultura na região, já que a empresa foi pioneira no cultivo do eucalipto no estado.

A abordagem foi realizada gradativamente em escolas e centros comunitários das zonas rural e urbana, em regiões de grandes problemas socioambientais, relacionados à falta de emprego e renda. As aulas de educação ambiental se destinaram, em sua grande maioria, a crianças e adolescentes no ambiente escolar. O curioso é que os poucos trabalhadores rurais que frequentaram as aulas, confessaram que estavam ali apenas para saber a veracidade da informação sobre o mito envolvendo eucalipto, relacionado ao esgotamento das fontes de água e ao empobrecimento do solo.

O momento mais esperado pela comunidade envolvida no Sementinha na Aldeia foi, sem dúvida, o Seminário de Práticas Ambientais, realizado na cidade de Monsenhor Gil, oito meses após o início do projeto. O evento foi marcado pela realização de palestras sobre agroecologia, educação ambiental e noções de como se implanta uma horta orgânica, além da oficina voltada para a confecção de bio-jóias.

A cobrança pela implantação de hortas nas comunidades levou a equipe da REAPI a elaborar um projeto de hortas comunitárias, como mecanismo de organização social e geração de renda. A proposta da Reapi é implantar as hortas em escolas rurais, tendo como base o sistema mandala, integrando produção orgânica de hortaliças, árvores frutíferas e criação de galinhas. O espaço da horta servirá para aulas práticas de educação ambiental, noções de agricultura orgânica e alimentação saudável, além de reforçar a merenda escolar.

O projeto Sementinha na Aldeia, tem como estratégia de continuidade atender às reivindicações das comunidades e auxiliar na implantação das hortas com o apoio das prefeituras na área de abrangência do projeto.

Fotos: Túlio D'Giovanni



ATIVIDADES PEDAGÓGICAS
COM A COMUNIDADE RURAL.

INFORMAÇÕES E CONTATO
<http://reapi.zip.net>

Projetos com Comunidades

ARCELORMITTAL BIOFLORESTAS

Com atuação no estado de Minas Gerais e no extremo sul da Bahia, a ArcelorMittal BioFlorestas certificada pelo FSC, OHSAS 18001:2007 e ISO 14001:2004, conta com 6 mil hectares de preservação permanente, 33 mil hectares de reserva legal e 95 mil hectares de florestas renováveis de eucalipto. Desde a sua criação, em 1957, a empresa nasceu com a perspectiva de suprir as necessidades das siderúrgicas do Grupo ArcelorMittal Brasil. Com tecnologia e inovação, é hoje uma referência no setor florestal brasileiro, pautada nos valores da qualidade, liderança e sustentabilidade.

Através de sua política de responsabilidade social, a empresa desenvolve projetos sociais em comunidades vizinhas às suas áreas de manejo florestal tendo como princípio o diálogo e o relacionamento.

As ações de responsabilidade social desenvolvidas pela empresa com foco em: educação, cultura e desenvolvimento comunitário, são fundamentadas na realização sistemática das “Rodas de Conversa” com as comunidades vizinhas, estimulando o crescimento sustentável, o protagonismo e autonomia das comunidades.

As parcerias estabelecidas com as comunidades vizinhas têm como propósito contribuir em ações que transformam a realidade local, dentre elas:

a) Programa de Apicultura - desenvolvido a partir de parceria com associações, estimula uma nova alternativa de renda, bem como a formação de grupos de apicultores, reforçando o associativismo nas comunidades e o uso múltiplo e sustentável das



CONVERSA PRÁTICA COM ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL.

florestas, unindo o objetivo econômico aos objetivos sociais e ambientais, de modo a garantir benefícios às gerações presentes e futuras.

b) Programa Regular de Educação Ambiental - realizado com alunos do 7º ano do ensino fundamental em escolas públicas e privadas em comunidades vizinhas, busca contribuir para que os adolescentes formem uma consciência crítica e responsável para várias questões referentes ao meio ambiente.

c) Programa Buriti Grande - visa fortalecer as ações para que a comunidade local elabore e desenvolva o seu plano de desenvolvimento comunitário permeado pelo diálogo entre o setor público, privado e o terceiro setor.

INFORMAÇÕES E CONTATO

www.arcelormittal.com/br/bioflorestas
comunicacao.bioflorestas@arcelormittal.com.br

Projeto Roça do Povo

VERACEL

A mandioca, também conhecida como macaxeira ou aipim, é um produto tipicamente brasileiro, que tem gerado bons frutos para a comunidade de União Baiana, município de Itagimirim, no sul da Bahia. Em um projeto de agricultura familiar, os moradores, organizados em associação, viram a chance de mudar sua realidade. Esta solução social foi batizada como Projeto Roça do Povo.

Iniciado há cerca de cinco anos por moradores da comunidade, o projeto tinha o objetivo de gerar renda complementar por meio do plantio de mandioca. Mas o negócio deu tão certo que tem se tornado a principal fonte de renda de toda a comunidade.

A partir de uma parceria entre Veracel Celulose, Governo do Estado da Bahia, Prefeitura de Ita-

gimirim e Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), o Projeto Roça do Povo cresceu e atualmente abriga cerca de 80 famílias, que passaram do cultivo de subsistência para uma produção organizada e comercialização de seus produtos em toda a região.

O projeto Roça do Povo iniciou suas atividades em 2008, em uma área de 80 hectares cedida em regime de comodato pela Veracel Celulose à Associação dos Pequenos Proprietários Rurais de União Baiana, em parceria com a Prefeitura de Itagimirim, EBDA e Banco do Nordeste.

A partir de 2009, o processo de beneficiamento da mandioca tornou-se realidade e a Casa de Farinha, que foi reinaugurada graças à parceria entre a Associação dos Pequenos Proprietários Rurais de União Baiana, Veracel Celulose e Prefeitura Municipal de Itagimirim, passou a funcionar a pleno vapor. Em 2011, foi feita mais uma reforma no local, a fim de adequar sua estrutura à demanda crescente para os produtos ali fabricados.

“Em 2012, fomos contemplados com a construção de uma agroindústria para a fabricação de fécula de goma. Participamos de inúmeros cursos de qualificação e treinamento com o objetivo de profissionalizar nossa produção. Os benefícios são inúmeros, mas tudo isso veio de muito suor e trabalho”, conta Agnevaldo Cardoso Rodrigues, líder comunitário do projeto e presidente da associação. “Hoje somos a maior produtora e a de melhor qualidade na produção de fécula e farinha da região, obedecendo a normas ambientais e de higiene”, destaca.



MULHERES DA COMUNIDADE EXPÕE OS
PRODUTOS A BASE DE MANDIOCA.

INFORMAÇÕES E CONTATO

www.veracel.com.br

Assessoria de Comunicação

Telefones: 073 3166-8277/8072/8529

Relacionamento Social na Klabin

KLABIN S/A

Para a Klabin o relacionamento com as comunidades vizinhas aos empreendimentos faz parte da essência das suas atividades, desde a sua fundação em 1899. Estruturada em três unidades de negócios (Florestal, Papéis e Conversão), a empresa opera 16 unidades industriais em nove Estados no país e uma na Argentina.

O relacionamento com as partes interessadas é pautado em diferentes esferas: local e regional/estadual, assim como também associado ao poder público. Diferentes projetos estão associados a estas atuações, nos assuntos relacionados à educação ambiental, educação continuada e projetos sociais.

Os projetos desenvolvidos são direcionados ao público interno (funcionários próprios e de empresas terceiras) e ao público externo (às comunidades

inseridas nas áreas de atuação assim como o poder público dos municípios). Para o público interno, são disponibilizadas campanhas orientativas sobre temas como segurança e saúde, assim como o Programa Crescer de educação continuada em parceria com o SESI. Para o público externo, há diferentes canais de comunicação com a comunidade e estes são orientados pelas equipes operacionais junto à equipe responsável pela Proteção Patrimonial da empresa.

As reuniões de diálogo informativo são conduzidas pela equipe de Ambiência Florestal, com o apoio das operações de maior impacto nas comunidades. Nestas reuniões são descritas todas as operações realizadas pela empresa, suas políticas internas assim como é aberto um momento para levantamento de demandas da comunidade, que são acompanhadas posteriormente por planos de ação.

A empresa também possui articulação política na região onde atua. Nesta concepção é importante ressaltar o arranjo político para o projeto de expansão da empresa, no estado do Paraná, anunciado em maio de 2012. O projeto contempla um investimento de aproximadamente R\$ 6,8 bilhões na microregião de Telêmaco Borba. Antes do anúncio oficial do investimento, ocorreram negociações junto aos prefeitos dos Campos Gerais, o governo estadual e a própria empresa, visando à partilha, entre os municípios fornecedores de matérias e o município sede do novo empreendimento (Ortigueira) de 50% do Valor Adicionado (VA) do empreendimento para o retorno do Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) com base no princípio da mútua colaboração de natureza fiscal e com base no art. 199 do Código Tributário Nacional. As Câmaras Municipais dos municípios de origem da madeira para abastecimento da futura fábrica aprovaram legislação municipal específica autorizando os prefeitos a assinarem o Protocolo de Intenção da referida partilha.



COMUNIDADE ENVOLVIDA NO PROGRAMA DE RELACIONAMENTO DA EMPRESA.

INFORMAÇÕES E CONTATO

www.klabin.com.br

Telefone: 0800 728 0607 (SP e PR)
e 0800 721 0228 (SC)

Viveiros Produtivos e Locais

ARAUCO DO BRASIL

Como estratégia de crescimento, para facilitar a tomada de decisões, foram disseminados pela companhia valores corporativos, dentre eles o valor Bom Cidadão, que reforça o respeito e a criação de valor para as comunidades. Com esse conceito, a Arauco adotou em seu negócio a metodologia de Criação de Valor Compartilhado, que orienta a gestão dos negócios de maneira sustentável, gerando benefícios para todos os envolvidos, fortalecendo o fato de que para uma empresa ser bem sucedida e criar valor para seus acionistas, é fundamental que também crie valor para a sociedade.

Uma oportunidade para desenvolver esse conceito foi identificada junto a um fornecedor local de Arapoti, município de atuação da empresa. O fornecedor, um viveiro de mudas de eucaliptos, vendia as mudas por um preço maior do que um outro potencial fornecedor localizado no estado de São Paulo. Diagnosticamos que o preço menor era devido ao tamanho do viveiro (escala), clima favorável, qualidade, e principalmente maior eficiência no enraizamento das plantas, ponto fundamental para a produtividade do processo de produção de mudas. Com esse cenário criamos um projeto nominado "Viveiros Produtivos e Locais" tendo como objetivo principal a redução do preço das mudas para que pudéssemos continuar com um fornecedor local de forma sustentável.

Para criar valor para este fornecedor, utilizamos o trabalho dos consultores da Arauco e o know-how da empresa. A parceria foi firmada e o viveiro passou a receber horas de consultoria e ajuda dos colaboradores da Arauco para a otimização da produção de mudas e demais atividades. Toda essa assessoria possibilitou ao fornecedor tornar-se competitivo, pois de forma autônoma não teria recursos e nem acesso para contratar os mesmos profissionais que a Arauco dispõe. A Arauco investiu horas de consultoria e de seu pessoal, mas o retorno para a empresa representará redução de 15% ao ano no custo das mudas.

A execução do projeto foi extremamente positiva após os primeiros seis meses e os resultados foram: maior produtividade do viveiro, redução do valor das mudas sem afetar o lucro do viveiro, mesmo com incremento dos salários devido a melhora na produtividade, redução do consumo de água e outros insumos. O melhor manejo do viveiro resultará em um incremento de qualidade das mudas e os benefícios serão ainda maiores também do ponto de vista da produtividade do viveiro.

Para a Arauco, além da economia anual na compra de mudas, o mais importante foi manter o fornecedor no município, cumprindo com sua responsabilidade com a sociedade, mantendo e gerando empregos na região de Arapoti.

Arauco do Brasil



VIVEIRO DE MUDAS DE EUCALIPTO.

INFORMAÇÕES E CONTATO
www.araucodobrasil.com.br
assuntoscorporativos@arauco.com.br
 Telefone: 041 3217-7205

RESPEITAR AS ATIVIDADES DA COMUNIDADE
É UMA DAS PREMISSAS PARA UMA
SILVICULTURA SUSTENTÁVEL.



DIÁLOGO FLORESTAL

CONSELHO DE COORDENAÇÃO

Edegold Schäffer

(Apremavi)

Dália Pais

(Instituto BioAtlântica)

Alexandre Di Ciero

(Suzano Papel e Celulose)

Giovana Baggio de Bruns

(The Nature Conservancy)

Ivone Satsuki Namikawa

(Klabin)

Jeferson Rocha de Oliveira

(Instituto Eco Solidário)

João Carlos Augusti

(Fibria)

Jorge L Cavassin

(Rigesa S.A.)

Maria Dalce Ricas

(Amda)

Paulo Henrique de Souza Dantas

(Cenibra S.A.)

SECRETARIA EXECUTIVA

Miriam Prochnow

COMITÊ EXECUTIVO

Carlos Alberto Bernardo Mesquita

(Fórum Florestal Fluminense)

Edilaine Dick

(Fórum Florestal Paraná e Santa Catarina)

Elizabeth Lino

(Fórum Florestal Mineiro)

Juliana Griese

(Fórum Florestal de São Paulo)

Julia Correa Boock

(Fórum Florestal do Mato Grosso do Sul)

Celso Maioli

(Fórum Florestal do Espírito Santo)

Káthia Vasconcellos Monteiro

(Fórum Florestal do Rio Grande do Sul)

Miriam Prochnow

(Secretaria Executiva Nacional)

Paulo Dimas

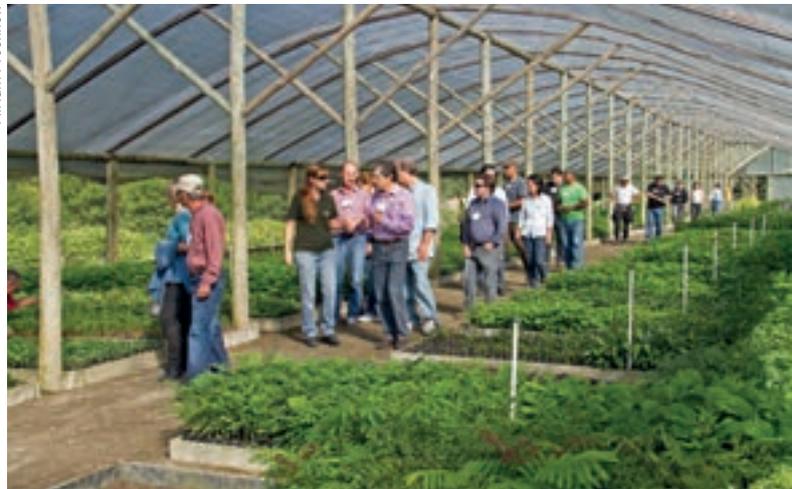
(Fórum Florestal do Sul e extremo Sul da Bahia)

Tânia Martins

(Fórum Florestal do Piauí)

O Diálogo Florestal é uma iniciativa inédita e independente que facilita a interação entre representantes de empresas do setor de base florestal e organizações ambientalistas e movimentos sociais com o objetivo de construir visão e agendas comuns entre esses setores. Visa promover ações efetivas associadas à produção florestal, ampliar a escala dos esforços de conservação e restauração do meio ambiente, gerando benefícios para os participantes do Diálogo e para a sociedade em geral. Está organizado em um Fórum nacional e nove Fóruns Regionais. O Diálogo Florestal brasileiro existe desde 2005 e foi inspirado no The Forests Dialogue (TFD), iniciativa internacional, que existe desde 1999.

Miriam Prochnow



ENCONTRO NACIONAL DO DIÁLOGO FLORESTAL.
ATALANTA (SC). ABRIL DE 2013.

Arquivo TDF



CONSELHO DO THE FORESTS DIALOGUE (TFD).
ROMA, MAIO DE 2013.

CONTATO:

secretariaexecutiva@dialogoflorestal.org.br
www.dialogoflorestal.org.br



ISBN 978-85-88733-10-7



9 788588 733107 >

WWW.DIALOGOFLORESTAL.ORG.BR

ESTA PUBLICAÇÃO FOI IMPRESSA EM PAPEL CERTIFICADO PELO FSC